



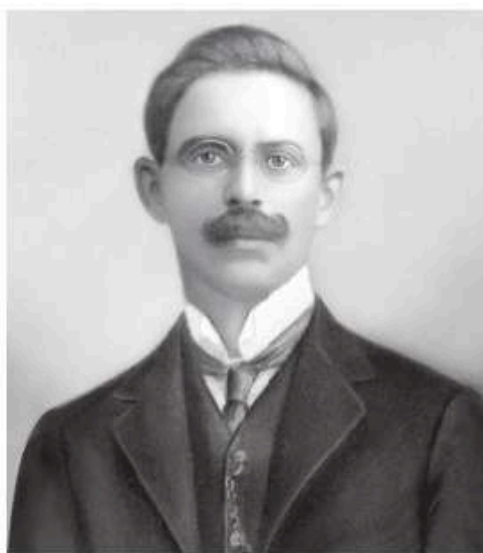
Memórias

**piumhiense ilustre que defendeu a
democracia, se fez deputado estadual em
3 legislaturas e ainda foi grande escritor**

ACERVO DO AUTOR

FÁBIO AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 2 de dezembro de 2023, a Faculdade de Direito da UFMG recebeu a cerimônia de lançamento e obliteração (ato de marcar o selo com um carimbo personalizado) do selo comemorativo em homenagem aos 120 anos de nascimento do advogado e deputado estadual Fabrício Soares da Silva. A solenidade foi promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em conjunto com a Casa de Afonso Pena. A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, dentre os quais o desembargador Roberto Soares de Vasconcellos, associado do Instituto Histórico e Geográfico de Piumhi.

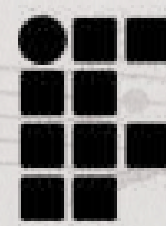


Dr. Vicente Soares e Dª Umbelina, ele o primeiro médico nascido em Piumhi

de idade. Minha mãe, Umbelina Leonel Soares, foi uma grande batalhadora. Criou-nos a todos sob o regime da severidade e austeridade. Ambos lutamos a vida toda para nos educarmos, pois a classe pobre era numerosa. Mas não havia coronelismo. Os fazendeiros se interessavam pouco por política. Um médico que era

que marcaram a história de Piumhi

Jornal Alto São Francisco
14/01/2024 à 30/06/2024



Sumário

Há 65 anos Piumhi se despedia do carismático vigário português	4
Dr. Fabrício Soares da Silva (I)	5
Dr. Fabrício Soares da Silva (II)	6
Dr. Fabrício Soares da Silva (III)	7
Dr. Fabrício Soares da Silva (IV)	8
Dr. Fabrício Soares da Silva (V)	9
Dr. Fabrício Soares da Silva (VI)	10
Raquel Willian Gonçalves: a professora de matemática que entrou para o mundo das letras	11
Testemunhas ‘vivas’ da história: antigas muradas de pedras: divisas de fazenda, hoje chamadas de ‘muro dos escravos’	12
D ^a Nolvina Resende Alvarenga (I)	13
D ^a Nolvina Resende Alvarenga (II)	14
Pedro Teixeira Bueno: o ‘quase’ esquecido primeiro diretor do primeiro grupo escolar	15
Francisco Carrato: um italiano que fez história em Piumhi no início do século XX	16
Os 123 anos da obra vicentina em Piumhi	17
Piumhi e sua corrida de cavalos	18
Dra. Sayonara Gonçalves Santos: uma vida de estudo e luta que encontrou na advocacia o sentido de sua existência	19
A devoção do Juca Pedro: da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira	20
A capela, a imagem e Abel, sucessor do padre Bernardo: da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira	21
Igreja na Getúlio Vargas foi inaugurada em janeiro de 90: da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua padroeira	22
Piumhi numa perspectiva diferente: um olhar sobre minha comunidade	23
Educandário comemora seus 50 anos de história: escola estadual Professor Horta	24
Livro de Ademir Cunha foi lançado no espaço Credialto	25
Breve histórico da Câmara Municipal de Piumhi: com a redemocratização em 1945 casa está agora na 19 ^a legislatura	26
Mozart da Paixão: ‘um artista de Piumhi’: músico talentoso e poeta de inspiração natural	27
O amor de um casal de escravos na Piumhi de meados do século XIX	28

Há 65 anos Piumhi se despedia do carismático vigário português

‘Ao padre Abel de Abreu Vouguinha – Amado Pastor e Guia, Homenagem de suas fiéis ovelhas’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Era o dia de Santos Reis de 1959, isto é, 6 de janeiro. O relógio da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento, inaugurada com pompas e solenidade 14 anos antes, acabara de badalar seis vezes indicando que era 18 horas. Em seguida, começou a badalar uma constante melodia triste, avisando a população de Piumhi que algo de ruim havida acontecido. O povo já sabia pela forma que o sino tocava que significava a morte de alguém. Era uma interessante forma de comunicação que foi se perdendo ao longo do tempo e sendo substituída por outros modos de informação. O sino avisava a morte do vigário de Piumhi, padre Abel de Abreu Vouguinha.

Muitos piumhienses, principalmente os católicos, conseguiram de imediato traduzir o que o sino da Matriz dizia, antes mesmo da notícia correr boca a boca, pois muitos acompanhavam de perto o sofrimento e a doença do velho padre português, e o caráter irreversível de sua enfermidade. O padre Abel lutava contra diversas doenças, mas a causa morte foi dada pelo Dr. Nícias Soares Maia, como *“Colapso: Uremia (acúmulo de substâncias tóxicas no sangue que são expelidas pela urina) consequente de uma Pielonefrite Crônica (infecção que atinge os rins) -- post operatório de Nefrectomia (retirada de um dos rins), -- E desnutrição, desidratação -- Fístula do Cólon Cutânea (Vazamento do conteúdo intestinal ou estomacal para a cavidade abdominal decorrente de uma complicação cirúrgica)”*. Há quem diga que ele também tinha câncer no cérebro, mas isso não ficou consignado no atestado de óbito.

O redator do ALTO S. FRANCISCO registrou que o falecimento do sacerdote *“verificou-se em consequência de longa e penosa moléstia, durante a qual se submeteu a sucessivas intervenções cirúrgicas e ao mais melindroso tratamento. Dotado de excepcional força moral suportou com o maior estoicismo e a mais genuína resignação cristã a longos padecimentos físicos, durante os quais revelou toda a grandeza de espírito de que era dotado”*.

Mesmo doente seguiu firme na sua fé e convicção religiosa, o redator do **ALTO** lavrou *“Enquanto lhe restavam forças não abandonou, um instante sequer, os encargos paroquiais, a quem atendia com pontualidade e a dedicação que lhe eram tão peculiares, mesmo quando lhe faltou a possibilidade de locomoção até à Igreja continuou prestando assistência religiosa a seus paroquianos, em altar armado em sua residência”*. Nesse altar em sua residência celebrava missas, casamentos, batizados e ouvia a confissão dando a absolvição para as suas fiéis ovelhas.

Mesmo sendo esperada, a morte do padre Abel, o acontecimento abalou profundamente

a população da cidade, que imediatamente ocorreu para cercá-lo com as homenagens de seu afeto, respeito e admiração. O padre Alberico de Souza Santos, vigário de Capitólio, que havia sido encarregado de auxiliar o padre Abel enquanto durasse sua enfermidade, conforme determinação do Bispo de Luz, datada de 22 de dezembro de 1958. Padre Alberico relatou em suas anotações do Livro do Tombo da Paróquia que foi impedido de administrar ao padre Abel *“os últimos sacramentos, nem mesmo o viático. Quanto a bênção dos enfermos não a recebeu senão após 3 ou 4 minutos depois da sua morte porque não foi permitido aproximar-se dele antes...”*.

Padre Alberico, que seria sucessor do padre Abel atribuiu a responsabilidade de não poder ter prestado ao padre Abel a assistência religiosa à uma *“fâmula”* (empregada, criada) dele. Descreveu ainda que *“esta pobre criatura fez sofrer tremendamente ao pobre vigário. Impunha-lhe determinações absurdas, expunha-o, enfim a um ridículo dificilmente descritivo! E ele na sua simplicidade portuguesa jamais aquilatoou do alcance e a profundidade desta maléfica atuação”*.

Padre Abel de Abreu Vouguinha, nasceu na Freguesia de Côta, em Vizeu, Portugal, no dia 1º de março de 1886. Filho de José de Abreu Vouguinha e Violante de Jesus Abreu. Ordenou-se sacerdote em 1909, tendo trabalhado como padre em sua pátria natal por 20 anos. Depois deste tempo cruzou o Oceano Atlântico para prosseguir seu apostolado. No Brasil incardinou-se na Diocese de Luz, e pelo então Bispo, Dom Manoel Nunes Coelho foi designado como pároco da Paróquia Nossa Senhora do Livramento em Piumhi. Tomou posse daquela que seria sua única paróquia no Brasil em maio de 1938, substituindo o padre Leopoldo Rippa, depois de uma rápida experiência dos padres Clarentianos.

Como Vigário de Piumhi por quase 21 anos, Padre Abel conseguiu ao custo de seu dinamismo construir uma nova Igreja Matriz, substituindo a antiga erguida em pau-a-pique e assoalho de madeira por um templo moderno e majestoso que exhibe sua robustez e solidez até os dias de hoje. Da mesma forma ergueu o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima no lugar da antiga do Rosário. Duas obras monumentais e de grande importância para a religiosidade piumhiense.

Vinculou-se à política no município, tornando-se defen-



Em raro registro captado pelas lentes de Il Bruno o Padre Abel distribuindo comunhão aos fiéis

sor do PSD e ocupando o cargo de presidente de honra do partido. Seu envolvimento com a política não lhe trouxe frutos muito positivos e abriu caminho para certa perseguição e rivalidade. Não foi muito bem compreendido nesse complexo contexto e isso lhe trouxe muitos sofrimentos e amarguras.

A morte do vigário foi constatada às 18h04. O corpo foi preparado pela empresa funerária e levado para Igreja Matriz onde foi velado durante toda noite e o dia seguinte. Usando os paramentos religiosos e sua convencional estola roxa, o corpo do padre Abel ficou exposto até as 16 horas do dia 7 de janeiro quando foram celebradas as exéquias. Após o término dos ritos fúnebres *“milhares e milhares de piumhienses, numerosas pessoas de cidades vizinhas, numa impressionante manifestação de afeto para com aquele que fora o seu vigário, formaram imenso cortejo que compungido e emocionado, transportou o esquife até o Santuário de N. S. de Fátima. Ali, em cripta aberta nas proximidades do altar-mor, velado pela Senhora de sua devoção, repousa o corpo de Padre Abel de Abreu Vouguinha, pastor amado dos piumhienses”*.

Na grossa lápide de mármore branco escreveu-se: *“Ao padre Abel de Abreu Vouguinha -- Amado Pastor e Guia, Homenagem de suas fiéis ovelhas”*. Os restos mortais do padre Abel permaneceram na cripta até março de 2013, quando foram exumados e colocados em um nicho aberto em uma das colunas do mesmo Santuário, retirando-o de baixo da escada que dá acesso ao altar.

Polêmico, rigoroso, ríspido, severo e intolerante são alguns adjetivos atribuídos ao padre Abel, mas antes de tudo temos que ter em mente o contexto da época em que viveu e todo seu trabalho e dedicação em favor da religiosidade e de nossa cidade. Por isso, honra seja feita e aqui lavramos nossa homenagem pela passagem dos 65 anos de seu falecimento. Que Deus o tenha em sua infinita glória!

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Há 65 anos Piumhi se despedia do carismático vigário português. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 14 jan. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Um piumhiense ilustre que defendeu a democracia, se fez deputado estadual em 3 legislaturas e ainda foi grande escritor

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ACERVO DO AUTOR

Em 2 de dezembro de 2023, a Faculdade de Direito da UFMG recebeu a cerimônia de lançamento e obliteração (ato de marcar o selo com um carimbo personalizado) do selo comemorativo em homenagem aos 120 anos de nascimento do advogado e deputado estadual Fabrício Soares da Silva. A solenidade foi promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em conjunto com a Casa de Afonso Pena. A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, dentre os quais o desembargador Roberto Soares de Vasconcellos Paes, associado do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e diversas autoridades do TJMG. O homenageado, Dr. Fabrício Soares, era filho de Piumhi, e muito fez para levar o nome de nossa terra tanto como advogado quanto como deputado estadual, razão pela qual registramos algumas linhas em sua homenagem.

Fabrício Soares da Silva, era natural de Piumhi, onde nasceu em 26 de outubro de 1913. Batizado na Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi em 4 de dezembro do mesmo ano pelo padre Celso Pinheiro, tendo como padrinhos o avô paterno, o Capitão Francisco Soares Ferreira e a avó materna, dona Maria Magdalena de Oliveira. Dr. Fabrício Soares era o primogênito de 8 filhos do Dr. Vicente Soares Ferreira e dona Umbelina Leonel da Silva, casados em Piumhi em 17 de fevereiro de 1912 -- ele o primeiro médico natural de Piumhi e o segundo a atuar na Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, era filho do Capitão Francisco Soares Ferreira e dona Theodolina Teixeira de Menezes, ela filha de Francisco Leonel da Silva e Maria Magdalena de Oliveira -- ambas tradicionais famílias piumhienses.

Sobre sua família Dr. Fabrício descreveu: “Sou o filho mais velho de uma família cujos pais lutaram a vida toda para dar a cada um de nós um grau universitário. Eles nos fizeram, assim, privilegiados, numa sociedade cuja maioria era constituída de analfabetos e semi-alfabetizados (...). Meu pai, Vicente Soares Ferreira era médico do interior, sem fortuna. Criou os filhos com muita luta. Morreu em Belo Horizonte com mais de cem anos



Dr. Vicente Soares e Dª Umbelina, ele o primeiro médico nascido em Piumhi

de idade. Minha mãe, Umbelina Leonel Soares, foi uma grande batalhadora. Criou-nos a todos sob o regime da severidade e austeridade. Ambos lutaram a vida toda para nos educar e nos fazer úteis à sociedade. Viveram, pode-se dizer, para os filhos. Somos oito filhos homens: não tive irmã”. Explicou também o lado bom de ser o irmão mais velho: “Meus pais eram de classe média, moravam no interior e mantinham os filhos estudando em Belo Horizonte. Isso nos obrigava a uma vida de muita economia. Eu, o mais velho, vestia roupa nova; depois que crescia e ela não me servia, passava para os mais novos”.

Sobre seus avós Dr. Fabrício pontuou: “Meu avô materno era fazendeiro e meu avô paterno era comerciante, ambos em Piumhi e com o mesmo prenome: Francisco Leonel da Silva e Francisco Soares Ferreira. Tiveram família numerosa e, criaram bem seus filhos e felizmente, como se diz, todos deram gente”. Quando o segundo filho de Dr. Vicente e dona Umbelina nasceu, eles moravam em Bambuí e ao receber a visita dos avós maternos, este acabaram levando o menino Fabrício de volta para Piumhi para viverem na companhia deles por algum tempo. Assim, até os doze anos, Dr. Fabrício foi criado pela avó materna.

O ilustrado advogado explicou como era a Piumhi de sua infância: “Em minha terra não havia milionários nem miseráveis. A população era constituída da classe média e classe pobre, operários. O estilo de vida era rudimentar. Era uma economia estagnada. Um quilo de feijão custava o mesmo preço dez anos. Meu pai cobrava dez mil réis por uma receita, e esse preço prevaleceu enquanto trabalhou naquela região, nunca aumentou e nem diminuiu. Evidentemente, ele muitas vezes trabalhava de

graça, pois a classe pobre era numerosa. Mas não havia coronelismo. Os fazendeiros se interessavam pouco por política. Havia, na cidade, um médico de muito prestígio, que era eleito e reeleito presidente da Câmara. Todos aceitavam a sua liderança. A disputa eleitoral dava-se muito mais em torno do cargo de vereador do que da presidência da Câmara. A legislação era imutável: o mesmo código de posturas municipais podia durar anos e anos, sem nenhuma alteração (...). A agricultura e pecuária em pequena escala. Todas as famílias tinham a sua horta, onde cultivavam hortaliças e pequenas plantações. Na região rural, café, feijão, arroz, milho, pouco algodão”.

Descreveu também onde morava em Piumhi e sua maior lembrança da infância na cidade: “Nós morávamos em uma praça, numa casa ampla, com quintal e duas árvores na porta, que à tarde, quebrava um pouco a força do sol. A casa de meus avós, onde morei até os onze anos, também ficava numa praça. Sentado na calçada em frente à casa, eu via, longe, a serra da Canastra. Era o limite do horizonte. A serra tem um corte vertical, brusco, à esquerda, que forma a cachoeira da Casca D'Anta -- parece um trem de ferro, uma locomotiva -- depois uma linha horizontal. O sol escondia-se atrás da serra. Esse foi o espetáculo que marcou a minha infância: o sol nascia atrás da casa de meus avós, a leste, e se punha, a oeste, em frente, iluminando a praça”.

Na próxima edição veremos como foi a saga do Dr. Fabrício para se tornar advogado.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Um piumhiense ilustre que defendeu a democracia, se fez deputado estadual em 3 legislaturas e ainda foi grande escritor

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dr. Fabrício e seus sete irmãos foram educados pela mãe que trazia um terço numa mão e o chicote em outra. Iniciaram os seus estudos em Piumhi, mas como a cidade pouco oferecia em termos de escolaridade naquela época, logo se mudaram para centros maiores em busca de dar continuidade aos estudos. Todos filhos do Dr. Vicente Soares e dona Umbelina tiveram formação superior: alguns médicos e outros advogados.

Em suas memórias Dr. Fabrício registrou alguns apontamentos sobre seus estudos em Piumhi: *“Fiz o curso primário em Piumhi, no único grupo escolar da cidade [Dr. Avelino de Queiroz]. A escola retratava bem a cidade: escola pobre, professores modestos, material escolar diminuto e ensino precário. O método de ensino já não era aquele antigo, em que se principiava do a-bê-cê: a gente aprendia palavras. Meu primeiro livro chamava-se João de Barro, até hoje tenho de cor sua primeira lição: João de barro vai fazer ninho, João vai fazer barro, ninho de João de barro, vai, João, fazer barro. Foi meu primeiro livro”*.

Sobre a sua primeira professora pontuou: *“Minha primeira professora, D. Ermelinda, era viúva e tinha um filho chamado Nicanor, da minha idade e meu companheiro de classe. Isso, em 1920. Logo depois que passei para o segundo ano (cada ano era uma professora diferente), ela mudou-se para Belo Horizonte. Nunca mais tive notícia dela. Em 1950, recebi em minha casa, em Belo Horizonte, um soldado de polícia, que foi me pedir um favor qualquer. Não reconheci, mas, quando me disse seu nome, me lembrei: era o Nicanor”*. Explicou que para a conclusão do ensino primário teria que passar por uma banca examinadora: *“Lembro-me também, de que, no quarto ano, a banca examinadora era constituída de pessoas gradadas: o juiz de direito, o promotor de justiça, algum bacharel. Da banca que me examinou no 4º ano primário, o presidente era o promotor local -- Antônio Carlos de Andrade, mais tarde promotor em Belo Horizonte. Terminado o exame, ele me prometeu um livro, que nunca recebi...”*.

Terminado o primário, Fabrício Soares se mudou para Belo Horizonte, onde deu continuidade aos seus estudos, em regime de interna-

to, cursando o 1º ano do curso secundário no Colégio Arnaldo. Fez o 2º ano, no Colégio Antônio Vieira em Formiga; o 3º ano, no Colégio San Matrin em Oliveira; o 4º ano em São João del Rei; e no 5º ano voltou ao Colégio Arnaldo em Belo Horizonte. Ele explicou a razão das constantes mudanças de colégio: *“Insatisfação com o ensino. No curso secundário, como no superior, tive poucos professores bons. E também não gostava do estilo de ensino. Naquele tempo ser professor era um bico: o promotor, o juiz de direito é quem davam aula, para ganhar um vencimento mínimo.*

Havia professores, mesmo no curso superior, que não sabiam a matéria: davam aula colando a lição”. Nessas lições aprendeu um pouco de francês, inglês e latim. Explicou ainda que a vida escolar em regime de internato era muito rigorosa: *“Era muito dura. Em São João del Rei, por exemplo, nós levantávamos às 5h30 min da manhã, assistíamos a missa e, a seguir, vinham: refeitório, lanche, estudo, aula até a noite. Era ocupação o tempo todo, com apenas uma hora de descanso, depois do almoço e do jantar. Aos domingos podia-se sair. Como eu não tinha conhecidos na cidade, ficava mesmo no internato”*.

A escolha do curso de direito, surgiu naturalmente como explicou: *“Não houve influências. Meu pai era médico, não havia advogado na família: foi uma opção feita naturalmente, atendendo possivelmente uma vocação, talvez até não muito consciente”*.

Fabrício graduou-se em Direito pela UFMG em 7 de setembro de 1936. O jornal Alto S. Francisco anotou: *“A Escola de Direito da Universidade Minas Gerais, diploma a 7 de setembro mais uma vigorosa turma de Bacharéis em Direito composta de cento e cinquenta. Piumhi que, ultimamente, possa dizer sem falsa modéstia, tanto tem desenvolvido no terreno da educação e instrução de seus filhos, tem ali nada menos de*



Dr. Fabrício em foto de sua formatura em Direito

dois representantes, moços inteligentes que hão de elevar a carreira que abraçaram e o nome desta terra. São os doutores Fabrício Soares da Silva e Antônio Fonseca que pelo brilho do curso que fizeram, pela solidez da cultura que adquiriram, estão com base segura para um grande sucesso na vida prática. Pelo convite que nos enviaram esses distinto conterrâneos para as festas de suas formaturas, nossos agradecimentos” (Alto S. Francisco, edição nº 649 de 30/08/1936). Após a formatura e antes de ingressar no cenário político do estado, iniciou sua carreira na advocacia no Triângulo Mineiro e parte de Goiás, onde permaneceu até 1945. A partir desse ano mudou-se para Belo Horizonte, para trabalhar no escritório de Advocacia de Pedro Aleixo e Milton Campos, àquele futuramente seria vice-presidente do Brasil e este governador de Minas Gerais. O brilho profissional de seus companheiros de trabalho fez do Dr. Fabrício Soares um brilhante advogado, destacando-se como um dos maiores causídicos do Estado naquela época, de modo especial na Comarca de Belo Horizonte.

Na próxima edição veremos como foi a trajetória profissional de Dr. Fabrício na advocacia.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Golpe de 64: de advogado no RJ a asilado na embaixada do Peru

Idealista, visionário e com um gigantesco conhecimento jurídico e geral, montou sua ‘banca de advocacia’ em Piumhi, tão logo formado em Direito pela UFMG em 1936

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dr. Fabrício Soares da Silva bacharelou-se em Direito pela UFMG em 1936. Após formado decidiu voltar à sua terra natal, Piumhi, para exercer a sua profissão. Idealista, visionário e com um gigantesco conhecimento jurídico e geral, montou sua “*banca de advocacia*” em Piumhi. Apesar de todas essas características, lhe faltava juízo: pouco depois de aqui chegar arrumou uma briga com o juiz da Comarca. A confusão foi explicada pelo próprio Dr. Fabrício: “*O juiz de Direito deveria ser uma pessoa boa, tolerante, mais velha. Eu não entendia assim. Ele era diretor da Escola Normal da cidade e, nessa condição, se apossou de nosso campo de futebol. Eu era presidente do clube a quem o campo pertencia. Resolvi comprar a briga. Fiz uma subscrição entre amigos e consegui dinheiro para cercar o terreno: queria deixar bem claro a nossa posse. Quando pedreiro começou a derrubar o alicerce do muro em ruínas, o juiz embargou a obra. Estou em casa, dez horas da manhã, chega o pedreiro e me avisa: ‘Olha o Dr. Fulano [Francisco de Paula Rebelo Horta] embargou a obra’. Vou lá e eu mesmo derrubo o muro velho e mando fazer o novo. Não precisa dizer que o juiz tornou-se meu inimigo e, para piorar a situação, herdei a inimizade dos amigos dele, que passaram a me hostilizar. A polícia, por sua vez, para ser agradável ao juiz, entrou na briga. Nessa época, num gesto infeliz, comprei um automóvel. Eu não tinha carteira de motorista, mas dirigia assim mesmo. Um dia, o soldado encarregado do policiamento de trânsito fez sinal para eu parar: não obedeci. Num domingo de manhã, saí de casa no automóvel. Eram dez horas, acabava a missa, praça cheia, o destacamento policial fez um círculo à minha frente, para me fazer parar. Toquei o automóvel para cima dos soldados. Quando cheguei em casa, encontrei a minha mãe chorando. Meu, pai, apavorado me advertiu: ‘Eles vão matar você...’. Respondi: Não, não vão, porque vou me mudar. Na semana seguinte parti”*.

RUMO AO TRIÂNGULO

Era carnaval, pediu dois contos de réis emprestados a um tio e partiu de automóvel “*a procura de uma cidade para morar*”. Passou o carnaval em Passos e daí seguiu para São Sebastião do Paraíso, mas não adaptou em nenhuma das duas cidades. Tomou o trem da Mogiana rumo ao Triângulo Mineiro e desembarcou em Uberaba. Nas palavras de Dr. Fabrício: “*cidade aristocrática, ambiente fechado... Não conhecia ninguém. Estava parado na porta do hotel, estacionou um carro à minha frente. O motorista, um rapazinho muito simpático, puxou conversa: ‘O senhor de onde é? O que faz aqui?’*. Respondi *que pensava advogar no foro local. ‘Sou motorista em Uberlândia. Não fica aqui não, doutor. Isto aqui é lugar difícil, uma cidade muito fechada. Vamos para Uberlândia: é uma cidade muito melhor’*. Fiz *a mala e saí com ele. Esqueci meu chapéu no hotel e nunca mais voltei para buscá-lo*”.

Chegou em Uberlândia em 3 de maio de 1939 e tinha só quinhentos réis no bolso.

Depositou 300 mil no banco e ficou com 200 mil réis com os quais deu entrada nos móveis para montar seu escritório de advocacia. Dr. Fabrício gostou de Uberlândia e foi lá que iniciou de fato a sua profissão. Fez a sua estreia no júri. Para se popularizar com as pessoas da cidade, um amigo jornalista fez a sua média: “*noticiou que eu tinha estreado no júri com grande êxito, tendo sido homenageado com um jantar. Tudo mentira. Sua intenção era me ajudar*”. Advogou em Uberlândia, Tupaciguara, Monte Alegre, Ituiutaba, mais tarde um pouquinho em Goiás: Itumbiara, Buriti Alegre, Morrinhos, Corumbáiba para onde seguia sempre de Uberlândia ou Tupaciguara. Advogava principalmente na área cível, “*a criminal era apenas uma opção. Em 1942, fiz meu último júri, em Tupaciguara. Defendi cinco réus, todos absolvidos. A advocacia criminal é muito onerosa. Só pobres pratica crime. E pobre não pode pagar*”.

Advogar naquela região não era uma tarefa fácil como explicou, Dr. Fabrício: “*Tinha uma advocacia muito trabalhosa, principalmente em Goiás. Viagens de automóvel, estradas esburacadas e muita poeira. A região era muito violenta. No Triângulo, o rio Paranaíba separa Goiás de Minas. Os bandidos goianos, praticavam seus crimes, atravessavam o Paranaíba e a polícia goiana não podia persegui-los em Minas Gerais. Os mineiros faziam o mesmo: passavam para Goiás. As duas margens do rio eram infestadas de jagunços, assassinos, homicidas. Numa região como essa, as viagens eram de muito risco*”.

VOCACÃO POLÍTICA

Casou-se, pela primeira vez em 1941, com Lúcia Dina Buzzachi. O casal teve três filhos: Vânia Soares Fróes (casada com José Luiz Fróes), Marco Túlio Soares da Silva e Paulo Roberto Soares da Silva (casado com Katarina Loureiro Soares).

Permaneceu na região do Triângulo Mineiro até 1945. Ainda em Uberlândia, chegou a colaborar com a imprensa local em favor da democracia, vilipendiada pelo golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937. Porém, “*o ambiente lá [em Uberlândia] não oferecia muitas oportunidades para um movimento de rua. Então, vim para Belo Horizonte, fazer política*”.

Em Belo Horizonte onde advogou, enquanto não esteve envolvido no cenário político. Inicialmente abriu um escritório e trabalhou sozinho. Pouco tempo depois foi convidado para trabalhar no escritório dos renomados Milton Campos e Pedro Aleixo, aquele seria futuramente governador do Estado de Minas Gerais e este vice-presidente do Brasil na época da ditadura militar. Nesse ambiente, em que se respirava política, Dr. Fabrício viu sua vocação política aflorar e se desenvolver de forma surpreendente.

Em 1958 foi para São Paulo para advogar: “*Fui sem conhecer ninguém, disposto a começar*



O advogado e político Dr. Fabrício Soares

vida nova, porque, entre outras coisas, estava muito mal de finanças. Comecei a advogar em São Paulo, com algum proveito, porque lá o profissional realmente tem valor. O advogado, em São Paulo, é um profissional cujos serviços se reconhece que devem ser remunerados. Lá, ninguém entra num escritório de advogado pensando que não vai pagar a consulta, como acontece em Minas. Todavia, por problemas familiares, tive que voltar para Belo Horizonte, onde recomecei mais uma vez minha atividade profissional. Tinha escritório próprio, sozinho”.

ASILADO POLÍTICO

Em 1963, foi morar no Rio de Janeiro. A justificativa da mudança: “*resolver problemas de ordem pessoal*”. Além disso, “*Tinha a possibilidade também de, lá, exercer a minha profissão em boas condições*”. No Rio de Janeiro começou a exercer a advocacia, mas teve que interromper a atividade profissional em razão do golpe militar-civil de 1964. De imediato, Dr. Fabrício teve seus direitos políticos suspensos. Tendo recebido a notícia que havia partido de Belo Horizonte uma patrulha para prender mineiros que moravam no Rio de Janeiro. Diante disso: “*como o ambiente estava muito agitado, era de muita violência da parte dos vencedores, resolvi me precaver e asilar-me em embaixada estrangeira. Escolhi a do Peru, a conselho de uma funcionária do Itamarati*”. Foi uma luta para conseguir o asilo político, mas usando seus conhecimentos de advogado acabou conseguindo.

Quando estava na embaixada recebeu a notícia de que “*três oficiais, invadiram a casa e pilharam a minha biblioteca. Como não podiam carregar os livros todos, tiraram volumes de coleções, para prejudicá-las. Lembro-me de ‘O Capital’ de Marx, em cinco volumes, uma edição mexicana, levaram o primeiro volume*”. Respondeu alguns IPM’s (Inquérito Policial Militar) e no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Deixou a embaixada e foi morar em um sítio no Estado do Rio de Janeiro. Quando as coisas já estavam mais calmas ele voltou para Belo Horizonte, onde voltou a advogar.

Na próxima edição, traremos as experiências políticas de Dr. Fabrício Soares.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Dr. Fabrício Soares da Silva (III): golpe de 64: de advogado no RJ a asilado na embaixada do Peru. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 4 fev. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

O Golpe de 64 fez com que Dr. Fabrício decepcionasse ainda mais com a política

‘Uma terrível noite sem luz se abateu sobre o País. Ele se isola em sua casa na Pampulha, como se passasse a viver o grande exílio voluntário da desilusão’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Desde os tempos de faculdade, Dr. Fabrício viu aflorada a sua vocação política, pois atuou como membro do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Foi eleito, inclusive membro da referida instituição. Segundo Dr. Fabrício a faculdade de Direito lhe impregnou de pensamento político, sobretudo voltado para a democracia, pois na época de sua formação imperava no Brasil a onda de golpes promovidas por Getúlio Vargas: revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo em 1937. Estudar direito nesse ambiente era formar defensores do estado democrático de direito.

Inspirado pelo desejo de se tornar ainda mais útil à nossa sociedade, deixou o Triângulo Mineiro e regressou a Belo Horizonte, onde ingressou na vida política. Construiu ao longo de décadas uma história digna de registro e inspiração para os políticos do mundo atual. Ainda com o furor acadêmico nas veias, enfrentou a ditadura do “Estado Novo” de Getúlio Vargas (1937-1945) e defendeu abertamente a democracia, correndo risco de ser preso e torturado pela política repressiva daquele governo. Desse modo, participou ativamente do movimento pela redemocratização do país. Importante destacar que a ditadura Varguista do Estado Novo extinguiu o poder Legislativo e tínhamos naquele período um forte braço do regime nos governos do estado e dos municípios, vez que os “Interventores” e prefeitos eram nomeados e não eleitos.

Nesse complexo e perigoso contexto, Dr. Fabrício Soares integrou o panteão dos fundadores do partido União Democrática Nacional (UDN). Entrevi diretamente na fundação dessa sigla partidária em Piumhi, colocando na liderança do diretório municipal seus primos Dr. Oswaldo Soares Machado e Dr. Oscar Soares Machado, sendo àquele eleito prefeito de Piumhi duas vezes pela UDN. Pode-se dizer que é devida a atuação e influência do Dr. Fabrício Soares, grande parte do domínio político da UDN em Piumhi durante os doze primeiros anos após a redemocratização.

O fato de trabalhar no escritório de Milton Campos e Pedro Aleixo contribuiu muito para o desenvolvimento da veia política de Dr. Fabrício Soares. O escritório de advocacia “era um foco de reuniões políticas. Tomavam até deliberações”, como explicou o ilustre piumhiense em suas memórias.

Em Piumhi, a UDN e o PR realizaram suas convenções em 12 de outubro de 1947 em reunião solene às 12 horas no Cine Brasil. O redator do ALTO de 26 de outubro de 1947 revelou “à hora designada, ao espocar dos fogos nas imediações, grande massa popular começou afluir ao local da convenção, onde já se encontravam elementos diretores da UDN e PR, que cercavam o deputado Piumhiense Dr. Fabrício Soares da Silva, então em visita a sua terra natal”. Continua o redator “Literalmente lotado, o confortável salão do Cine Brasil, o Dr. Oscar Soares Machado Presidente do Diretório da UDN

e Membro da Diretoria Estadual, tomou assento à mesa e declarou aberta a sessão, convidando o brilhante parlamentar Dr. Fabrício Soares para presidir os trabalhos da Convenção”.

Além de ajudar a fundar a

UDN, engajou na campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, que acabou derrotado pelo General Eurico Gaspar Dutra. Foi eleito deputado estadual na eleição de 19 de janeiro de 1947, com 3.889 votos. Em Piumhi, foi ele o candidato majoritário. Dessa forma, tomou parte de destaque na Assembleia Constituinte mineira de 1947, que devolveu a nosso estado a sonhada democracia. Exerceu o seu primeiro mandato de deputado até 31 de janeiro de 1951. No entanto, continuou como deputado, vez que foi reeleito em 3 de outubro de 1950, com 6.870 votos. Em Piumhi continuou como majoritário absoluto, tendo obtido 1.920 votos, o segundo colocado foi Maurício de Andrade com 1.621 sufrágios. Foi eleito para um terceiro mandato em 3 de outubro de 1954, com 9.712 votos. Concluiu sua participação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 31 de janeiro de 1958. Na Assembleia tornou-se chefe de bancada, mas renunciou ao cargo ao perceber que sua ideologia política mais dividia a base do que a unificava.

Dr. Fabrício em suas memórias destaca a figura do padre Abel: “em todas as lutas que empreendi na minha região, tive que enfrentar padres. Fui obrigado a conciliar muita coisa, porque eles tinham grande influência e criavam dificuldades. Em minha terra havia um padre, um português, que na manhã de cada eleição chamava os fiéis para dentro da sacristia e trocava as cédulas, tirando as nossas e dando as do PSD”.

Em todos esses mandatos Dr. Fabrício foi um canal aberto dos políticos piumhienses com o governo do estado, conseguindo verbas e importantes melhorias para a cidade e seu povo. Entretanto, uma das importantes conquistas de Piumhi por intermédio do Dr. Fabrício Soares, foi a vinda do professor Theodorico Vieira de Souza com objetivo de fundar uma escola secundária (hoje anos finais do ensino fundamental e ensino médio), visto que Piumhi, naquela época, ainda não oferecia esse grau de escolarização aos seus municípios. O professor veio, criou a Escola Técnica e Comercial Professor João Machado, que contribuiu por mais de quatro décadas oferecendo ensino de qualidade e transformando o nível cultural em nossa cidade.

Em fins da década de 1950, insatisfeito com os rumos de seu partido, Dr. Fabrício se desligou da UDN e renunciou ao seu cargo de deputado. Ele explicou a razão de sua revolta com o partido: “A UDN, não tinha como partido de classe média, uma linha ideológica muito nítida.



A partir da esquerda, os deputados Simão da Cunha, Dnár Mendes, Dr. Fabrício Soares da Silva – no auge de sua carreira política – e Luís Maranhão

Ela nasceu muito em função do Estado Novo, foi um foco que aglutinou os antigetulistas, os antiestadonovistas. Não tivesse havido o Estado Novo, provavelmente aquele grupo não estaria reunido no mesmo partido. (...) A UDN não evoluía, não oferecia alternativas para a crise política da época. Tornava-se, a cada dia, um partido meramente político, preocupado apenas em fiscalizar o governo. A UDN parou no tempo. Formou-se para lutar contra o Estado Novo e ficou nisso, não evoluiu”. Há quem diga que a insatisfação do Dr. Fabrício estivesse ligada ao fato do partido não ter apoiado a sua candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte, o que de fato não era verdade. Dr. Fabrício havia perdido a afinidade com partido e passou a buscar outros caminhos ideológicos para saciar a sua inquietude política e filosofia. A UDN da democracia já não atendia mais os seus anseios.

Assim, migrou para o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) “pensando que poderia ajudar a formar uma nova cúpula, autêntica, que realmente merecesse a confiança das bases do partido. Entrei para o PTB com esperança, imaginando essa possibilidade -- conseguir mais companheiros, gente de melhor qualidade política, para uma direção à altura das bases que o PTB tinha”. Disputou, na eleição de 1958, uma vaga na Câmara dos Deputados (Deputado Federal), mas não foi eleito porque o partido quebrou o acordo e lançou também a candidatura do padre Lage e um tirou voto do outro, pois tinham a mesma base eleitoral -- o padre também não foi eleito.

O advento do Golpe ou Revolução de 1964 não atendia às suas aspirações cívicas e fez com que Dr. Fabrício se decepcionasse ainda mais com a política. Além disso os novos donos do poder suspenderam seus direitos políticos. Segundo o jornalista José Bento Teixeira de Salles: “Uma terrível noite sem luz se abateu sobre o País. Fabrício se isola em sua casa na Pampulha, como se passasse a viver o grande exílio voluntário da desilusão. Talvez sentisse náuseas, diante do quadro pútrido da realidade nacional”. Voltou a exercer a advocacia e sofrer constantes ataques e perseguições políticas por parte dos militares, detentores do poder. Sua decepção maior foi pela extinção da democracia, pela qual lutara ardentemente alguns anos antes.

Na próxima edição, veremos, na última parte dessa narrativa, como Dr. Fabrício mudou seu pensamento político, sua contribuição na literatura e como foi o fim de sua vida.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Dr. Fabrício Soares da Silva (IV): o golpe de 64 fez com que Dr. Fabrício decepcionasse ainda mais com a política. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 11 fev. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Um piumhiense ilustre que defendeu a democracia, se fez deputado estadual em três legislaturas e foi grande escritor

O golpe militar de 1964, aumentou seu desapontamento com os rumos políticos

‘Eu não acreditava. Achava que o Brasil já tinha superado essa fase republicueta de bananas’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na edição passada apresentamos a face política de Dr. Fabrício. Muito além da literatura jurídica, ele era um devorador de livros. Desde os tempos de infância lia muito, tendo percorrido os livros da biblioteca de seu pai, Dr. Vicente. Os estudos no internato e a faculdade Direito aprimoraram o gosto da época juvenil. Isso permitiu para que Dr. Fabrício construísse a sua visão de mundo, sem interferências dos conteúdos midiáticos que impunham uma única visão de um fato. Esse universo fez do advogado um erudito e ilustrado intelectual, embora a sua modéstia não permitisse que reconhecesse como tal. De seu livro *Os Carnavais de Gregório* extraímos a razão pela qual ele não se considerava um intelectual: *“a sabedoria é uma fortaleza que o homem construiu e que permanecerá inacessível àqueles que tiverem a pretensão de se apossarem dela”*. Em suas palavras a sabedoria, a plenitude do conhecimento produzido pelo homem é um alvo inatingível, embora um homem possa passar sua vida toda para alcançá-la.

As desilusões políticas na UDN o fizeram migrar para o PTB, partido que defendia os trabalhadores, embora com pensamentos moderados: nova desilusão. O trabalho como advogado das associações de mineradores e de favelados abriu seus olhos para uma realidade diferente: as injustiças sociais, exploração, miséria, desemprego, fome e outros elementos que massacram o que se chamam de *“minorias”*, mas que na realidade é a *“ampla maioria da sociedade”*.

O golpe de 1964, aumentou seu desapontamento com os rumos políticos da nação. Dr. Fabrício explicou como recebeu a notícia do golpe: *“Eu não acreditava. Achava que o Brasil já tinha superado essa fase republicueta de bananas. Com o que já tínhamos vivido em 1937, com as lutas de 45, com as instituições funcionando normalmente, e com a posse de Jango, após o movimento do Brizola no Rio Grande do Sul, acreditava que os fatos autorizavam essa convicção: o Brasil não era mais uma república de golpes. Poderíamos ter as nossas crises, mas todas seriam resolvidas dentro das linhas institucionais vigentes. Recebi o golpe com perplexidade. Era uma realidade que caía sobre*



Dr. Fabrício discursa, ao lado de Ernâni Maia, no famoso ‘Comício das Velas’

nossa cabeça, como um raio. Ficamos perplexos, sem saber o que fazer, completamente desorientados, sem sequer nos comunicarmos, uns para um lado, outros para outros. Até que começaram as prisões, as violências, e o pouco que havia de resistência se desarticulou”. Dr. Fabrício sentiu na pele o golpe, tendo que responder IPM’s e a inscrição de seu nome numa ficha do DOPS, como destacamos no anterior.

Experiências como essas modificaram o seu pensamento político, levando-o a militar em causas sociais. Como a política ainda fluía em suas veias de Dr. Fabrício se tornou um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e, como percebeu que o novo partido ainda deixava vazios na sua forma de pensar e estava muito longe de seus ideais políticos migrou para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), chegando a exercer a presidência do Diretório Estadual desta sigla partidária.

Ele mesmo explicou o prego de suas decisões políticas: *“Em política, pertencer às minorias é uma opção onerosa. Se você pertence às majorias evita muitos atritos e contrariedades, tem proveitos materiais, tem mais tranquilidade; você rema a favor da corrente. Se você pertencer às minorias, será discriminado, não terá nenhuma vantagem material e estará em permanente atrito com maior número de pessoas. Terá poucos companheiros de luta e muitos adversários com que se digladiar”*. Dr. Fabrício tem propriedade e conhecimento para fazer essa afirmação porque conheceu bem os dois lados da moeda.

Depois de muitos estudos, o político liberal, mudou de

concepção: *“Cheguei assim à conclusão de que os problemas sociais de um país subdesenvolvido só teriam solução com uma nova forma de governo, fundada em nova doutrina. As soluções liberais não tinham condições de superar os problemas do subdesenvolvimento. Desse modo, aprofundi-me nos estudos e leituras. E comecei a participar de debates. Fiz vários debates no rádio, fui para a praça pública, para os comícios e, mais tarde, no segundo mandato, como aquelas áreas de atividade já não me contentassem, voltei minha atenção para os sindicatos”*.

Nessas lutas, conheceu Sílvia Resende Costa, que seria sua companheira nas lutas políticas, sociais e como esposa.

Fez inúmeras viagens internacionais, tendo iniciado essa experiência quando deputado, ocasião em foi como deputado membro da Comissão Especial da Siderurgia para a Polônia a fim de conhecer a nova indústria siderúrgica de Katowice, chamada de *“Nova Ruta”*. Posteriormente, fez novas viagens internacionais: Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, União Soviética, Suíça, Áustria, dentre outros. Cada viagem aumentava seu conhecimento e tinha certeza no seu novo pensamento político.

Dr. Fabrício morreu em Belo Horizonte, aos 87 anos de idade, em 20 de outubro de 2000, deixando grande legado, detalhado na série de artigos que queria hoje encerrar, mas para não delongar deixarei para comentar a herança literária do nobre advogado piumhiense na próxima edição.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

DR. FABRÍCIO SOARES DA SILVA (VI)

Um piumhiense ilustre que defendeu a democracia, se fez deputado estadual em três legislaturas e foi grande escritor

Selo comemorativo marca os 120 anos de nascimento de Dr. Fabrício

‘Uma simples forma de homenageá-lo e demonstrar aos piumhienses de hoje a história de um deputado piumhiense que fez história, elevando o nome da cidade’

CECÍLIA PEDERZOLI/TMG

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Conforme adiantado na edição passada, hoje encerramos a série de artigos sobre o Dr. Fabrício Soares da Silva. Abordaremos sua experiência no mundo das letras. Iniciou essa jornada através da publicação “*O Homem que Contava*”, publicado em 1978, pela Editora Comunicação. Na obra, Dr. Fabrício através de sete crônicas independentes entre si destaca, onde o autor descreve a angústia provocada pelo ambiente da cidade do interior, onde reina o desamor, desrespeito mútuo e onde os homens são guiados pelos preconceitos. Mostra a vontade que esse homem tem de buscar novos ares, mas nada faz diante da incapacidade de enfrentar a realidade de que lhe sufoca. Tenho por mim que algumas das experiências narradas nas crônicas ocorreram de fato na Piumhi de outrora.

Seu segundo livro, “*O Carnaval de Gregório*”, foi publicado pela Imprensa Oficial, em 1988. O pequeno livro de 90 páginas é classificado como romance, mas hoje ocupa o lugar de “*livros raros*” nas estantes dos sebos. Dr. Fabrício inicia o livro com uma interessante dedicatória “*Aos explorados e ofendidos por todos os chefões*”. Ao ler a dedicatória tive certeza de o autor expressaria seu pensamento político no romance. A suspeita concretizou-se: Dr. Fabrício citou e colocou palavras de Sartre, Marx e Amílcar Cabral nas bocas de suas personagens.

Os elementos centrais da trama romântica são as figuras de Gregório e Maria Clara. Ele, um ex-pobre que se fez empresário de sucesso e se enriquece graças às falcatuas que cometeria no caixa da empresa. Ela, menina do interior e cheia de sonhos, filha de um funcionário público aposentado cujas rendas mal davam para sustentar a família, vai à cidade grande acompanhando a sua mãe em uma consulta e em busca de seus sonhos decidiu ficar e não mais voltar para o interior. Maria Clara se fez secretária de Gregório, o qual passou a cortejá-la, sempre com a resistência dela que ditava os limites da “*amizade*”, quando ele conseguiu o objetivo a condição física falhou. Maria Clara fez amigos professores que lhe ensinaram como pensar o mundo.

É nesse enredo que o autor coloca máximas de crítica ao capitalismo e defesa do socialismo: “*exame humano fabricando lucros para a colmeia da empresa*”, “*Sem ambição não há progresso nem riqueza, e é a riqueza que proporciona segurança, conforto e lazer. A desambição é filha da preguiça* e



O desembargador Dr. Roberto Soares de Vasconcelos Paes (à direita) destacou as principais virtudes de seu avô, Dr. Fabrício Soares da Silva, por ocasião do lançamento do selo comemorativo dos 110 anos do nascimento do homenageado

ça e leva ao ócio e aos vícios”, “*Interessa-se por política, participa de debates, toma partido a favor de minorias oprimidas, opção onerosa, em dúvida*”, “*a verdadeira libertação só acontecerá quando, não apenas a mulher, mas a mulher e o homem, juntos, quebrarem as cadeias da exploração e da opressão*”, “*Nós os assalariados, não temos alternativas, não passamos de roscas, parafusos ou correias de transmissão desta máquina de exploração do trabalho humano*”, “*somos os burros de carga que transporta no lombo as barras de ouro dos donos das minas*”, “*o capital é sagrado, os juros, expressão da mais estrita justiça, o lucro, a força propulsora que espicaça a atividade humana e faz o progresso*”, “*conquistado o emprego, a submissão e as imposições patronais, a adaptação a um sistema em que pessoas e máquinas são iguais de impiedosa engrenagem alimentada por uma força de trabalho anônima e explorada*”, “*Ninguém ignora que a contradição entre os interesses da burguesia e os do operariado jamais poderá ser superada*”, “*tem do terrorismo o conceito que a imprensa difunde com abundância de pormenores e condenação*”, “*A grita maior é contra as minorias oprimidas, que não tem agências internacionais de notícias para esclarecer a opinião pública sobre as pesadas injustiças que lhes são impostas pelas potências mundiais*”, “*O socialismo é uma proposta de solução radical na medida em que propõe mudanças radicais na estrutura capitalista*”, “*normas impostas por uma sociedade patriarcal e esclerosada*”.

Também deixou transparecer sua opção pelo agnosticismo: “*coagida a persistir numa prática religiosa que se*

resumia a atos e palavras que se repetiam formalmente, sem outra finalidade que não fosse conquistar a absolvição que livraria o penitente das penas do inferno”. Ainda, nesse sentido: “*A vida e a morte nascem juntas, ao mesmo tempo, e lhes habitam o corpo que lhes é destinado. São forças ou energias de sinais contrários, que se atraem e se repelem, e por isto mesmo, constituem uma unidade, a pessoa humana, que subsistirá enquanto elas lutarem entre si, levando certa vantagem, ora uma, ora outra. Acontece que tal vantagem será precária até que, quando se tornar definitiva em favor da morte, se desfará a unidade e o que restar desaparecerá, por sua vez, aniquilado pela solidão*”.

Sua atuação política foi documentada no projeto de história oral “*Memória Política de Minas*”, publicado em 1998 pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). Essa obra organizada em forma de entrevista relata toda sua trajetória de vida pessoal, profissional, política e social. É muito mais que uma obra literária é um documentário de valor histórico inestimável, não só para a política de Minas Gerais, como também para a história de nossa querida Piumhi.

O selo comemorativo foi uma forma de exaltar e marcar a passagem dos 120 anos do nascimento de Dr. Fabrício Soares da Silva, um personagem intimamente ligado à história de nossa cidade. Esse conjunto de textos, é uma simples forma de homenageá-lo e demonstrar aos piumhienses de hoje a história de um deputado piumhiense que fez história, elevando o nome de nossa Piumhi.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Dr. Fabrício Soares da Silva (VI): selo comemorativo marca os 120 anos de nascimento de Dr. Fabrício. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 25 fev. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

A professora de matemática que entrou para o mundo das letras

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Para mim, ser articulista do ALTO S. FRANCISCO é, além de privilégio sem tamanho, uma aventura que me possibilitou escrever sobre diversos assuntos e várias pessoas relacionadas à história e cultura de nosso município. Hoje vou traçar algumas linhas sobre uma colega de trabalho no magistério na Escola Estadual “Professor João Menezes”. Seu nome é Raquel Willian Gonçalves. Leciona matemática e é apaixonada pela disciplina dos números. É uma pessoa simples, dedicada e ama o que faz.

Raquel é filha primogênita de João Batista de Oliveira Gonçalves e dona Joana D’Arc da Silva Gonçalves, casados Piumhi em 17 de abril de 1976. É piumhiense e nasceu em 20 de abril de 1977. João Batista era filho de José Amaro Gonçalves e Bertília Maria Gonçalves e dona Joana é filha de Ephraim Manacesse da Silva e dona Vicentina Maria da Silva. Raquel tem uma única irmã de nome Ruth Vanessa, nascida no ano de 1980. Raquel e Ruth ficaram órfãs de pai muito novas. Crescer sem a presença paterna deixou profundas marcas na formação da personalidade de Raquel, embora a mãe procurasse com seus esforços fazê-la superar tal sentimento.

Dona Joana D’Arc passou por muitas dificuldades para criar as filhas, mas sua disposição para o trabalho, dinamismo e visão promissora a fizeram vencer e obter sucesso em sua missão dupla de mãe e pai. Dona Joana não podia dar muito às filhas, que muitas vezes foram privadas de luxo e de muito do que lhes era necessário, mas a mãe garantiu que estudassem.

Raquel iniciou seus estudos na Escola Estadual “Procópio Ferreira” em Campinas, onde cursou o 1º e 2º anos. Daí seguiu para a Escola Estadual “Jamil Gadia”, também em Campinas, onde cursou o 3º ano. Em 1986 a família voltou para Piumhi e Raquel se tornou aluna da Escola Estadual “Josino Alvim”, hoje municipal, onde concluiu os anos iniciais do Ensino Fundamental. Posteriormente, matriculou-se na Escola Estadual “Professor João Menezes”, onde concluiu o fundamental. Cursou o ensino médio nessa mesma escola terminando-o em 1994. Nesse mesmo ano, concluiu também o curso de magistério e dois anos depois formou-se no técnico em contabilidade.

No ano de 1996 iniciou o curso de matemática na UEMG de Passos, onde se formou no ano de 1998. Pela ULBRA cursou Pedagogia se formando em 2011. Atualmente cursa *Coaching* em Gestão de Pessoas -- Tecnólogo. Possui várias pós-graduações *lato sensu* na área de matemática e da educação.

Tão logo, iniciou a sua jornada no mundo do magistério, passando por diversas escolas estaduais, municipais e particulares de Piumhi e de cidades vizinhas. Hoje possui dois cargos de matemática na Escola Estadual “Professor João Menezes”.

A razão dessa pequena homenagem é para apresentar aos piumhienses a iniciação da

professora de matemática no mundo das letras. Raquel publicou dois artigos muito interessantes no livro “*Palavras e Saberes: Ensaios sobre a Educação e Letras*”, organizado por Ariomester Nascimento Daniel e editado pela Dialética Editora. Adiante, seguem breves comentários sobre os dois artigos publicados pela ilustre professora piumhiense.

Raquel faz a sua iniciação no mundo das letras com dois

interessantes artigos. O primeiro deles tem como título “*Inclusão Digital nas Escolas*”. Trata-se de uma temática muito abrangente e contemporânea, pois está inserida no mundo em que vivemos: cada mais dependente da tecnologia digital. A autora aborda a ideia de que a inclusão digital nas escolas é uma necessidade no contexto atual. Destaca que a pandemia da COVID-19 tornou real e concreta a necessidade da inclusão digital na sociedade como um todo e, de modo especial nas escolas, tornando-se instrumento de comunicação entre alunos e professores. A professora pondera que é uma realidade que veio para ficar, mas detecta deficiências nesse sentido na rede pública, propondo a necessidade da inclusão de todos neste ciberespaço. Segundo ela, conquistada a inclusão, as diferenças sociais que não condizem com esse processo tecnológico seriam anuladas. Considera que a escola se apresenta como um ambiente capaz de fazer imergir tais tecnologias, melhorando cada vez mais a interação entre alunos, professores e comunidade escolar (sociedade). Os computadores e seus inúmeros recursos destacam-se como ferramentas de acesso, contribuindo para que aconteça de fato a inclusão digital no ambiente escolar. Desse modo, o professor, devidamente capacitado para o uso adequado desses recursos tecnológicos garantirá que aluno se torne um sujeito ativo no espaço de interação e comunicação de novas formas de colaboração, interatividade, conhecimento e exercício da cidadania.

O segundo artigo, com o título “*Tendências e desafios na Gestão Escolar para o desenvolvimento profissional dos Educadores: Um olhar sobre Metodologias Emergentes*”. O extenso título do artigo dá notas da complexidade do assunto abordado pela autora. O texto parte do pressuposto evidente de que o século XIX notabilizou-se em razão da revolução ocorrida no campo da tecnologia. Como estamos imersos nesse processo não nos damos conta dessa *revolução*, mas os pensadores e historiadores do futuro, certamente, reconheceram esse processo como uma verdadeira revolução. A autora, destaca que essas tecnologias alteraram as relações sociais, trabalhistas, interpessoais e o complexo processo de ensino/aprendizagem. O artigo aponta que a tecnologia passou a fazer parte do cotidiano do cidadão, mas constata uma infeliz realidade: o ambiente escolar



Raquel Gonçalves; Inclusão Digital nas Escolas

não conseguiu acompanhar o rápido processo de modernização. Dessa forma, segundo a professora, há um ensino desarticulado e sem conexão com a realidade dos alunos e do próprio mundo contemporâneo, dominado pelas redes tecnológicas. Mostrando-se corajosa e audaz, a autora destaca com todas as letras que a manutenção do ensino tradicional traz inúmeros prejuízos para a aprendizagem dos educandos. Para equacionar esse “prejuízo”, ela defende o engajamento dos alunos no processo tecnológico e uma atuação do professor com metodologias ativas que contribuam com a participação efetiva dos educandos nas aulas. Pensar a importância das tecnologias na educação, é ter garantias de uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento de um ensino crítico, reflexivo e de qualidade. Voltando o olhar ao papel do gestor, a autora buscou refletir sobre as metodologias ativas e emergentes; analisando as metodologias que contribuem com o ensino mais significativo e refletindo sobre o papel da gestão escolar para o desenvolvimento profissional dos educadores e educandos. O estudo foi realizado por meio da pesquisa qualitativa e da revisão bibliográfica dos mais renomados pensadores da educação contemporânea e clássica.

Assim, convido os piumhienses, de modo especial aqueles que estão ligados ao ambiente escolar ou da educação, que conheçam a obra que é composta pela colaboração de diversos autores. Vale a pena, pois são reflexões que permitem a ampliação dos horizontes e muito crescimento profissional e pessoal. Quem quiser adquirir a obra, basta acessar o site: <https://loja.editoradialetica.com/humanidades/palavras-e-saberes-ensaios-sobre-educacao-e-letras-volume-1>.

Raquel Gonçalves, a professora de matemática que se aventurou no mundo das letras, me faz lembrar o Dr. Alfredo Guimarães Chaves, ex-juiz de direito da Comarca de Piumhi que seguiu o caminho inverso: o homem das letras que se aventurou no mundo dos números, criando, inclusive uma forma matemática para se escrever o nome de nossa cidade: π -1-í (letra grega “pi”, numeral um e o “i”). Que essa aventura seja apenas a primeira. Bem vinda ao mundo das letras!

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Antigas muradas de pedras: divisas de fazenda, hoje chamadas de ‘muro dos escravos’

Testemunhas ‘vivas’ da história

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O processo de colonização e exploração do Brasil foi orientado pelas rígidas regras estabelecidas pela coroa portuguesa através de um complexo conjunto de normas com força de lei chamado de *Ordenações*. O Brasil foi inicialmente dividido em *Capitanias Hereditárias*, as quais eram subdivididas em *Sesmarias*, as quais podem ser entendidas como grandes lotes de terras destinadas a exploração. O colono recebia do governo um documento chamado *Carta de Sesmaria* que lhe dava direito à posse da terra, mas a propriedade da mesma continuava sendo da coroa portuguesa. O múnus de exploração era hereditário, ou seja, passava de pai para filho, sendo a mesma partilhada em inventários. A posse também era transmitida por meio de escrituras públicas lavradas nos Cartórios de Notas. Em Piumhi essas serventias foram instaladas no ano de 1842.

O sistema de distribuição de *sesmarias* avançava enquanto os colonos dominavam cada vez mais o interior de nosso país. O Arquivo Público Mineiro (APM), sediado em Belo Horizonte, guarda um valioso acervo de *Cartas de Sesmarias*, as quais permitem mapear o início da colonização e exploração de nossa região. Após a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, Dom Pedro I proibiria a concessão de novas *Sesmarias*, porém, não criou outra forma de apropriação de terras no Brasil.

Somente no ano 1850 é que se aprovou a famosa “Lei de Terras” no Brasil. O primeiro artigo da lei proibiria a invasão de terras públicas. O descumprimento da regra poderia resultar em cadeia. A lei previa também uma anistia geral para quem estivesse em situação irregular até aquele momento.

Os párocos foram designados para lavrar em livro próprio o “*Registro de Terras*”. O Vigário José Florêncio Rodrigues, responsável pela Paróquia de Piumhi, organizou dois livros. O primeiro deles tem o Termo de Abertura datado de 1º de março de 1855 e possui o registro de 687 propriedades em Piumhi, enquanto o segundo livro possui 114 registros. Esses livros estão hoje no APM.

Imagine o quanto era confuso estabelecer as divisas dessas propriedades. Naquela época não havia arame farpado. Esse instrumento foi inventado nos Estados Unidos, em 1867, por Lucien B. Smith de Kent, detentor da primeira patente do produto. A inovação só chegou no Brasil em 1913, quando foi iniciada a importação de aproximadamente 30 toneladas anualmente. Por ser importado era um produto muito caro e levou muito tempo ainda para chegar ao interior.



Surge aí uma dúvida: como eram feitas as cercas de divisas antes da popularização do arame farpado? Ainda hoje, passados tantos anos, temos contínuos exemplos dessas divisas. Onde o terreno era plano e com solo macio era cavada uma vala na divisa de entorno de pelo menos 1,5 de profundidade por dois de largura. Caso o local tivesse serras ou solo duro com cascalho ou pedras a solução era erguer uma murada de pedra. Como dissemos, muitas dessas valas e muradas de pedra ainda resistem ao tempo e se apresentam hoje como verdadeiro patrimônio histórico dos municípios que os possuem. Tanto as cercas quanto as valas delimitavam o perímetro da propriedade e impediam que animais atravessassem os limites da fazenda.

Quanto às Valas, também chamado de Valos, a profundidade e largura variavam conforme o gosto do proprietário e a região em que eram construídas, não havendo um padrão geral. Eram cavados por força humana e gastava-se nessa empreitada muitos dias de trabalho. Com certeza foi utilizada muita mão de obra escrava, típica no século XIX nas fazendas da região.

MONUMENTOS HISTÓRICOS

Os muros de pedras, mais que centenários são testemunhas de muitos fatos que permearam a formação e desenvolvimento de nosso município. Inicialmente marcava-se o local da construção do muro. Em seguida fazia-se a seleção das rachas, sempre do mesmo tipo, algumas eram lavradas de forma a promover encaixe perfeito umas nas outras, outras eram caprichosamente oferecidas pela natureza na forma em desejavam.

Muitos escravos sob o escaldante sol e, certamente, pelo *incentivo do chicote* davam os toques na construção desses belos monumentos históricos. As marcas dos *relhos* e dos *açóites* deixavam nos cativos profundas cicatrizes: na pele e principalmente na alma. Asso-



Termo de abertura do Livro de Registro de Terras da Vila de Piumhy (1855), alto; acima, muro de pedras edificado por escravos na serra do Andaime

ciados aos escravizados, a mão de obra também contava com o trabalho de pretos livres e brancos pobres, os quais vendiam a sua força de trabalho por uma ninharia. Desse modo, ao custo de suor e sangue os muros de pedra eram erguidos pedra sobre pedra. O encaixe delas tinha que ser perfeito, pois não era utilizado nenhum tipo de argamassa ou cimento. Aos poucos os muros tomavam forma. Raros eram os que superavam altura de um metro, tendo entre trinta a quarenta centímetros de largura. Quanto ao comprimento, este era definido pela necessidade. Esse tipo de edificação era utilizado também para cercar cemitérios e igrejas.

Por serem erguidas por mão de obra cativa, as cercas ganharam, na atualidade, a alcunha de “Muro dos Escravos”. Dessa forma, os muros não pertenciam aos escravos como a expressão sugere, mas foram por eles construídos. Em diversas propriedades rurais do nosso município, cortado por muitas cadeias de serras havia uma expressiva quantidade desses muros, mas ao longo dos anos a grande maioria foi desmanchada pelos proprietários e outros ficaram pela implacável ação do tempo. Muitas de suas pedras acabaram sendo utilizadas em bases e alicerces para construção de casas. Nos dias de hoje, restam muito pouco do que foi construído, razão pela qual o que ainda existe precisa e merece ser conservado. Os “Muros dos Escravos” são testemunhas vivas da nossa história e lembrança de um passado, que apesar de ser triste, precisa ser preservado.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Testemunhas ‘vivas’ da história: antigas muradas de pedras: divisas de fazenda, hoje chamadas de ‘muro dos escravos’. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 10 mar. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Uma alma caridosa que deixou um legado de amor e consideração ao próximo

ACERVO DO AUTOR



Dona Nolvina Resende Alvarenga e as crianças residentes na Vila Vicentina de Piumhi que foram catequisadas e educadas por ela; abaixo, com o marido Noé Alvarenga com o qual casou-se em 1923

A vida passa, mas cada um pode deixar as suas marcas ao longo de sua existência através de uma vida digna, honrada e principalmente, por meio de boas ações -- esses foram os adjetivos que caracterizaram uma boa alma chamada Nolvina Resende Alvarenga, cuja história de vida tenho orgulho de compartilhar com meus conterrâneos em dois capítulos. Dona Nolvina, nome pelo qual ficou conhecida, era filha de João Pedro de Rezende e Benvinda Cândida de Oliveira, nasceu no distrito de Pimenta, então município de Piumhi, no ano de 1904.

Seu pai, em 1905, foi um dos fundadores do Hospital de Misericórdia de Piumhi, instituição que, posteriormente, passou a se chamar Santa Casa de Misericórdia de Piumhi. Na pequena biografia dele, no Memorial da instituição, podemos ler: "Abastado fazendeiro, era um homem esclarecido e honesto. Chefe de família exemplar, deixou muitos filhos. Tinha sempre o coração aberto aos grandes tentames", isso é, aos empreendimentos e novas experiências. Essa pequena transcrição é necessária para que seja possível compreender a origem do coração piedoso e compassivo e da determinação de Dona Nolvina. Viveu na companhia dos pais e teve a educação escolar que a época poderia oferecer. Ficou órfã de pai aos 15 anos de idade, em 29 de novembro de 1920.

Menos de três anos após a morte do pai, aos dezoito anos, Dona Nolvina casou-se com Noé Alvarenga. A celebração foi na casa da noiva em Piumhi, em 12 de fevereiro de 1923, na presença do padre Mário da Silveira, tendo como testemunhas Antônio Rezende e Félix Lasmarr. Ele tinha 20 anos de idade, era natural de Piumhi e filho do Coronel Carlos Antônio de Alvarenga Machado e Benvinda Augusta de Alvarenga.

Senhor Noé e Dona Nolvina tiveram uma filha de nome Maria Aparecida, falecida prematuramente, de meningite, aos dois anos de idade. Certamente, a morte prematura da filha gerou uma tristeza muito grande no lar do casal, mas não foi capaz de abalar a sua fé. Pouco tem-

po depois, Deus enviou para o casal outra Maria Aparecida (Didi Rezende), com 2 anos, filha de uma prima que havia ficado doente e faleceu em seguida. Didi foi acolhida pelo casal e tornou-se filha amorosa, mantendo a relação filial por toda a existência deles.

Como já dissemos, Dona Nolvina, herdou dos pais um grande espírito de caridade e amor ao próximo. Desde nova, nunca mediu esforços para ajudar quem dela necessitava. Sua casa estava sempre de portas abertas para acolher quem necessitasse de ajuda. Tinha um carinho especial por crianças, tomando-se verdadeira mãe para inúmeras delas.

Religiosa por índole, sempre participava das celebrações e movimentos da Igreja Católica, pela qual nutria verdadeiro e sincero amor. Foi muito amiga e trabalhou muito com os padres Abel de Abreu Vouguinha e Alberico de Souza Santos.

Foi uma das primeiras mulheres a ligar-se à Sociedade São Vicente de Paulo, antes mesmo da regra vicentina permitir a participação feminina. No início de 1953, ela se dispôs, voluntariamente, à missão de alfabetizar e catequizar as mais de 70 crianças das famílias pobres que viviam na Vila Vicentina. No ano seguinte, Dona Nolvina pediu aos membros da diretoria que comprassem os uniformes para que as crianças pudessem participar dignamente do seu encontro com Jesus, na 1ª Eucaristia. O pedido foi aprovado.

Na Assembleia de maio de 1954, o confrade Cipriano Fernandes Nogueira pediu para constar um voto de louvor e agradecimento pela atuação caridosa e dedicada de Dona Nolvina Rezende Alvarenga. A 1ª Comunhão das crianças foi realizada em outubro de 1954. Após a celebração da missa, foi servido um café com pão para todos e uma



fina mesa de doces e salgados para as crianças e a catequista. Na ocasião, o padre Abel fez uma saudação às crianças e à Dona Nolvina. O confrade Dario de Melo falou, representando o Conselho. O presidente do Conselho, José Gonçalves Sobrinho, enalteceu os esforços daquela dedicada orientadora, destacando a necessidade de educação religiosa para as crianças. Dona Nolvina manteve-se na missão de catequizar as crianças da Vila Vicentina até a criação do Lar São José.

Ovídio Arantes de Melo, no livro História dos Vicentinos em Piumhi, anotou sobre Dona Nolvina: "Foi uma mulher de caridade, uma catequista exemplar. Viveu a sua vida praticando a caridade autêntica. Sempre a encontrávamos sorrindo para todos" (MELO, Ovídio Arantes de. História dos Vicentinos em Piumhi). Em outra passagem da mesma obra, o autor registrou: "Com paciência, com carinho e amor verdadeiro ela ia enchendo os bancos da capela de crianças. Depois veio o Pe. Alberico de Souza Santos e levou Dona Nolvina para um trabalho muito maior, dirigir o Lar São José, local onde encontrou maior espaço para seu trabalho maravilhoso que não pode ser esquecido pelo piumhiense". Na próxima edição veremos como nossa personagem foi capaz de colocar um sonho de amor em realidade.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Padre Alberico e D^a Nolvina: os dois tinham um objetivo em comum, a prática da caridade

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Mas antes mesmo do padre Alberico entrar em cena, Dona Nolvina já havia tomado atitudes concretas em favor das crianças. Tudo começou quando ela tomou conhecimento de que havia uma família com cinco crianças morando em situação precária nas ruínas da antiga Escola Normal “Dr. Francisco Campos” (hoje Escola Estadual “Professor José Vicente”). Dona Nolvina idealizou a compra de uma casa, indo atrás de todas as professoras pedir ajuda para conseguir o seu objetivo. Conseguiu os recursos e comprou uma casinha pequena e velha no subúrbio da cidade. Ali, de forma modesta e simples, nasceu o que futuramente seria o “Lar São José”.

Em janeiro de 1959, o padre Abel de Abreu Vouguinha faleceu. Foi nomeado como pároco da Paróquia Nossa Senhora do Livramento o jovem e dinâmico padre Alberico de Souza Santos. Ao chegar a Piumhi, o novo pároco ficou perplexo diante de tantas necessidades que havia na cidade: falta de um ginásio público (escola dos anos finais do ensino fundamental); Santa Casa fechada, há vários anos; falta de um lar onde as mães pudessem deixar as crianças para trabalhar; excesso de mendicância nas ruas. Sozinho o padre jamais conseguiria solucionar todos esses problemas. Para isso, buscou apoio de pessoas que realmente eram de sua confiança. Foi aí que surgiu a aproximação entre padre Alberico e Dona Nolvina. Os dois tinham um objetivo em comum: a prática da caridade.

Diante das necessidades e para delinear os caminhos dos projetos sociais, propôs a fundação das “Obras Sociais da Paróquia de Piumhi”. Para alcançar esse intento, convocou pessoas estratégicas da sociedade piumhiense para uma reunião, em 8 de junho de 1960, no salão contíguo à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento. Além do padre, estavam presentes duas dezenas de pessoas, que foram denominadas na ata como sócios-fundadores da instituição. Iniciada a reunião, padre Alberico foi escolhido pelos presentes para dirigir os trabalhos da “Assembleia Geral”. Deu as diretrizes, demonstrou quais os objetivos da instituição e como funcionaria. Após as considerações, foi aprovando o estatuto. No documento, estava estabelecido que a instituição social era “uma sociedade cívico-religiosa que tem por objetivo principal o seguinte campo de atividade: a) praticar a caridade, ministrar educação cívico-religiosa aos menos favorecidos desta cidade”.

Ficou definida por eleição a diretoria, sendo a mesma empossada imediatamente com a seguinte constituição: diretor padre Alberico de Souza Santos; presidente Nolvina Rezende Alvarenga; vice-presidente Ademar Rezende; 1º secretário Marília de Rezende Silva; 2º secretário Dercy Alves Praça; 1º tesoureiro Conceição Aparecida Leite Silva; 2º tesoureiro: Terezinha Ferreira; conselho fiscal: Maria Serafina de Freitas, Maria Guiomar Barcelos, Felícia Camarano; suplentes do conselho fiscal: Amélia da



D^a Nolvina Alvarenga à frente de seu Lar São José; ‘salvou muitas jovens e promoveu várias que até hoje agradecem pelo que receberam’

Costa, Maria Rodrigues Silva, Agnelina Hostalácio Guimarães. A criação das Obras Sociais foi apenas a institucionalização da obra que já era desenvolvida por Dona Nolvina junto às crianças.

Esse foi o primeiro passo para duas conquistas importantes para a nossa cidade: a construção do Lar São José e a conclusão das obras de edificação do Ginásio Santo Antônio, atual Escola Estadual “Professor João Menezes”. Enquanto o padre dedicou esforços para a obra do Ginásio, Dona Nolvina se dedicou a efetivar o projeto do Lar São José. Rapidamente, ela lançou a “Campanha da Casa da Criança” que consistia de uma lista de subscrições para angariar fundos e recursos junto à sociedade piumhiense. Em uma publicação no Alto S. Francisco, o redator deu as notas de como a cética sociedade piumhiense reagiu ao projeto e explicou as razões de seu sucesso: *“No princípio, a iniciativa do padre Alberico parecia condenada ao fracasso. Mas a tenacidade, a persistência e sobretudo o amor que Dona Nolvina e as Senhoras de Caridade devotam às crianças, fez com que os obstáculos fossem caindo um a um. Uma casinha foi comprada lá no Cerrado, camas, utensílios e todas as coisas indispensáveis a um lar pobre, mas feito de amor mais puro e da caridade mais autêntica”* (ALTO S. FRANCISCO de 09/06/1965). O mesmo redator explica como foi possível colocar o projeto em prática: *“Todos sabem como surgiu o Lar São José. Todos se lembram da figura bondosa e dona Nolvina Alvarenga que, de casa em casa, loja em loja, botequim em botequim, conseguiu arrecadar alguns poucos recursos para levar adiante o seu sublime ideal de amparar crianças necessitadas”* (ALTO S. FRANCISCO de 09/06/1965). Dessa forma, concluímos com clareza que o padre Alberico idealizou o projeto, tornando-o realidade, também, graças aos esforços de Dona Nolvina e suas companheiras de caridade.

Era preciso mais espaço. A casa estava apertada. Não havia mais dinheiro. Dona Nolvina olhava o terreno ao lado e orava. Certo dia, recebeu um aviso do banco que havia um depósito de 400 mil cruzeiros na conta da instituição. Ela não acreditou. Foi verificar se a informação estava correta e soube que um desconhecido de Piumhi, Dr. Roberto Barroso, promotor de Justiça em Vassouras, no Rio de Janeiro, havia feito a doação. Assim, pôde ampliar a construção e receber mais crianças. Diante de todas

as necessidades, nunca se desesperou. Era sempre amparada pela “Providência Divina”. Ao final, tudo dava certo.

Foi adquirido um terreno na esquina da rua Tenente Freitas com a Rua Nossa Senhora do Livramento. Ali foi iniciada a construção do Lar São José. Aos poucos foi tomando forma. A improvisação também foi necessária. Aproveitaram telhas da velha casa do Alto da Caixa D’água para cobrir a construção. Fazendo memória sobre essa conquista, o redator do Alto S. Francisco registrou: *“Só a força interior nascida das convicções bem formadas tornou possível enfrentar e superar todas as dificuldades iniciais”* (ALTO S. FRANCISCO de 10/01/1965).

Depois de muita luta as obras foram concluídas. As portas da instituição foram abertas em 13 maio de 1962, acolhendo, naquele momento, uma família de quatro membros. Em janeiro de 1965, já se contavam 31 crianças abrigadas no lar, com idades entre 4 e 12 anos. No Lar São José, Dona Nolvina era chamada de “mãe”, dado o carinho e o sentimento de gratidão que as crianças tinham para com ela.

Com o passar do tempo, a Associação de Proteção às Maternidade, Infância e Adolescência de Piumhi (APROMIP) assumiu a administração do Lar, todavia o terreno continuou no nome das Obras Sociais da Paróquia de Piumhi, fato que se tornou empecilho para que se conseguisse verbas para as reformas estruturais do prédio. Diante do embaraço, o padre Daniel Luiz Rodrigues, mediante aprovação da diretoria das Obras Sociais, fez a doação integral da sede do Lar São José para a APROMIP, sem nenhum ônus para a instituição.

Noé Alvarenga faleceu em 20 de janeiro de 1980. Dona Nolvina faleceu em Piumhi em 30 de julho de 1986, deixando um legado imensurável para as crianças pobres e abandonadas. Tanto Noé quanto Dona Nolvina foram sepultados no Cemitério da Saudade de Piumhi. Ovídio Melo registrou que sua nobre atitude e dedicação *“salvou muitas jovens e promoveu várias que até hoje agradecem o que receberam de Dona Nolvina Alvarenga”*. Em sua homenagem, o Dr. José Garcia Pereira inaugurou, em 29 de dezembro de 1989, a creche Dona Nolvina Alvarenga, no bairro Lagoa de Trás, num ato de justiça e reconhecimento pela dedicação e legado por ela deixados à sociedade piumhiense.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. D^a Nolvina Resende Alvarenga (II): padre Alberico e D^a Nolvina: os dois tinham um objetivo em comum, a prática da caridade. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 24 mar. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

O ‘quase’ esquecido primeiro diretor do primeiro grupo escolar

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Pedro Teixeira Bueno que também assinava Pedro Bueno, nasceu na cidade mineira de Bom Despacho, em 7 de dezembro de 1865. Filho de João Teixeira Bueno e dona Franceлина Cândida de Menezes. Foi batizado em sua cidade natal no dia 26 do mesmo mês e ano de seu nascimento, pelo padre Modesto de Souza, tendo como padrinhos Francisco Joaquim de Araújo e dona Felizarda Firmina da Silva.

Mudou-se para Rio Bonito, então município de Valência, onde se casou com dona Alzira de Oliveira Bueno, nascida em 1879, filha de Roberto Ferreira de Oliveira e Brígida Maria Figueira de Oliveira. De Rio Bonito seguiu para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, estabelecendo-se como comerciante. Quando ainda morava no Rio de Janeiro, em 1898, recebeu a triste notícia do falecimento de seu pai ocorrido em Piumhi. O patriarca morrera aos 48 anos. No ano seguinte faleceu sua irmã Maria Luísa de Menezes Soares, aos 36 anos, casada que foi com Antônio José da Silva.

Logo após a morte do pai, Pedro Bueno deixou a capital e veio com sua família para Piumhi, onde já viviam alguns de seus parentes. Na cidade, teve a oportunidade de demonstrar à nossa sociedade a sua capacidade intelectual e colocou seu espírito caridoso à disposição da comunidade. Em abril de 1901, integrou um grupo de homens que fundou em Piumhi a Sociedade São Vicente de Paulo, uma instituição dedicada ao cuidado dos pobres de desvalidos de nossa comunidade. Mais tarde, em 2 de julho de 1905, tornou-se sócio fundador da “Irmandade da Casa de Misericórdia de Piumhi”. Nessa instituição, Pedro tornou-se o seu primeiro secretário, deixando sua magnífica letra registrada nos livros

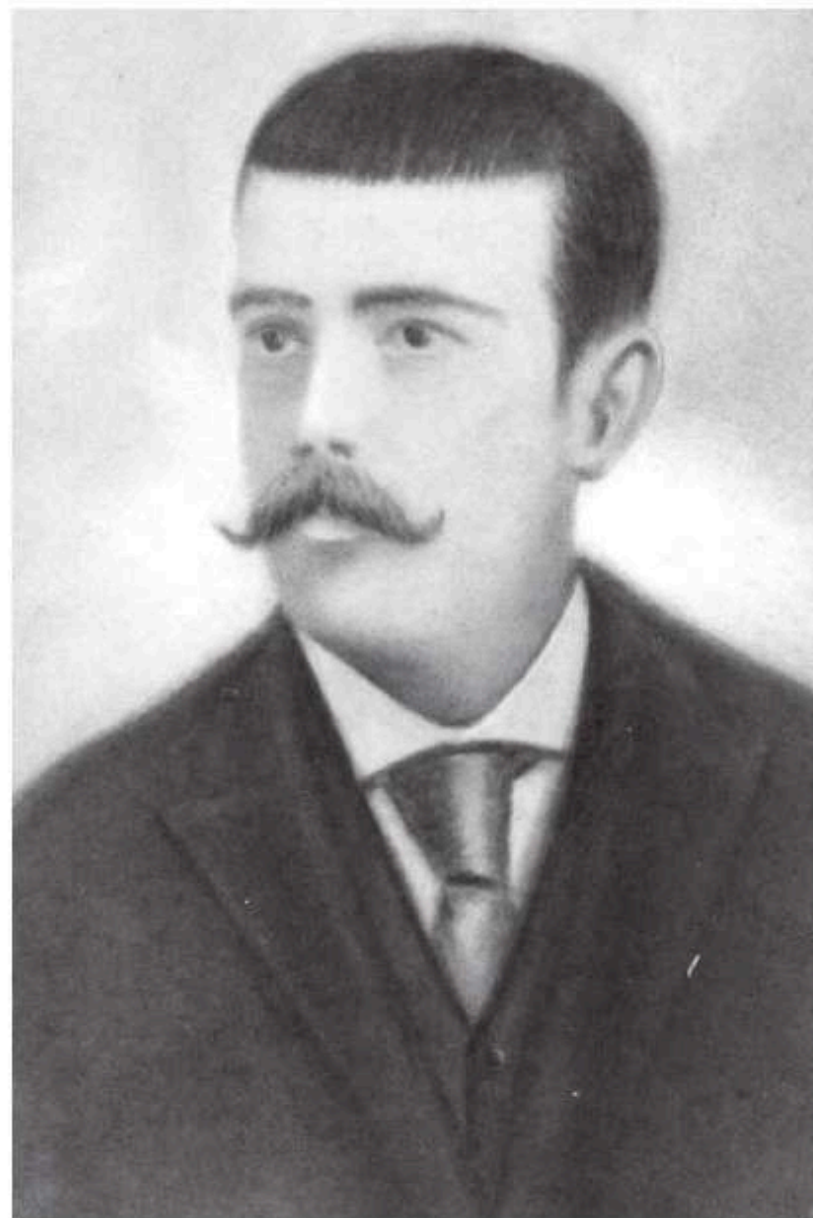
de atas. Em Piumhi, exerceu também a função de professor e, entre os anos 1917 -- 1918, tornou-se o primeiro diretor do grupo escolar “Dr. Avelino de Queiroz” -- a responsabilidade foi grande, pois foi o primeiro a conduzir o primeiro educandário da cidade.

Do casamento com dona Alzira de Oliveira Bueno, teve pelo menos os filhos: Tupy Teixeira Bueno, nascido no Rio de Janeiro aos 21 de julho de 1898 e

falecida em 27 de novembro do mesmo ano de “cólera infantil”; Francelina Bueno, nascida em 21 de novembro de 1895; Maria Bueno casada com Mário Pace; Carmem Bueno, nascida em 28 de outubro de 1907; Abel Bueno, nascido em 21 de outubro de 1908; Luiz Gonzaga Bueno, nascido em 14 de dezembro de 1909; José Bueno, nascido em 29 de setembro de 1913; Raphael Bueno, nascido 9 de julho de 1915; Isa Bueno, nascida em 27 de março de 1917; e Teresa Bueno Mascarenhas, nascida em 14 de dezembro de 1919, casada com Marcos Barbosa Mascarenhas.

Transferiu sua residência para Belo Horizonte, onde desempenhou outras incumbências de grande importância junto ao governo do Estado. Aposentou-se como funcionário público do Estado.

Faleceu, aos 78 anos, em decorrência de pneumonia lombar em 3 de janeiro de 1944, sendo



O professor, comerciante e um dos precursores na fundação da Santa Casa de Piumhi Pedro Bueno

sepultado no Cemitério do Bonfim no dia seguinte. O redator do Alto S. Francisco de 9 de janeiro de 1944, edição nº 820, publicou a seguinte nota: “era funcionário público aposentado e figura de grande relevo na sociedade belo-horizontina. O extinto que deixa nesta cidade grande número de amigos, tendo aqui residido muitos anos, sempre cercado pela estima pública. (...) causando o seu desaparecimento muito pesar nesta cidade”. Dona Alzira Bueno faleceu de síncope cardíaca, em Belo Horizonte, aos 77 anos, no em 17 de janeiro de 1958. O legado de Pedro Bueno para Piumhi é a Santa Casa de Misericórdia que está até hoje em pleno funcionamento. Não há, infelizmente, em nossa cidade uma rua que reverencie à memória desse esquecido benfeitor de Piumhi.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Um italiano que fez história em Piumhi no início do século XX

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O italiano a que o título do subcapítulo se refere era Francisco Carrato, que no Brasil ficou conhecido como Francisco Carrato. Natural de Pisciotta, Província de Salerno, região de Campania, Itália, onde nasceu no dia 1º de maio de 1879, filho de Michele Carrato e Maria Rosa Marsicano. No Brasil os nomes de seus pais foram aportuguesados para Miguel Carrato e Rosa Marciano. Essas modificações nos nomes dificultam a pesquisa histórica e genealógica dos imigrantes italianos.

A unificação da Itália como estado nacional moderno foi um resultado de um longo e sangrento processo que se arrastou de 1815 até 1871, quando foi de fato efetivado. No entanto, a unificação por si só, não pode ser entendida como a completa pacificação dos conflitos e nem tão pouco deixava o território livre das revoltas, rebeliões, fome e das constantes ameaças de guerras principalmente dos prussianos. O desejo de construir uma vida nova longe das incertezas vividas na Itália associado a uma propaganda enganosa de promessa de terras e prosperidade no Brasil e outros países da América do Sul motivaram um imenso processo migratório de italianos.

Nesse contexto, Francesco Carrato migrou de Pisciotta para Nápoles e nesta famosa cidade italiana embarcou rumo ao Brasil em 1903. Depois de passar por algumas cidades fixou residência em Piumhi, onde se casou, com dona Maria Alvarenga de Rezende Carrato, em 9 de dezembro de 1905. Ela natural de Piumhi, filha de Joaquim Pedro de Rezende Costa e de Maria da Conceição Alvarenga. Tiveram pelo menos 12 filhos. Em Piumhi, além de construir numerosa família, Francisco Carrato tomou-se grande e importante liderança política e revelou-se também de grande empreendedor comercial.

Seu primeiro estabelecimento comercial em Piumhi foi o *Cine América*, montado em sociedade com o italiano Francisco Musoline, em 1924. O cinema permaneceu em atividade até o ano de 1929, quando a sociedade se desfez e o empreendimento foi vendido para outro italiano Diomedes D'Agostini que mudou a denominação para *Cine Odeon*. Paralelo ao cinema, Carrato mantinha atividades no comércio, já possuindo em 1907 uma loja de “fazendas e ferragens” em Piumhi. Destaca-se que “fazendas” é um termo que naquela época usado para designar tecidos e panos.

Na revista *O Malho* do Rio de Janeiro, na coluna *A Nossa Gente do Interior* há uma interessante foto com a legenda: “Piumhy – Minas Gerais: Uma distinta família: ao centro, de pé, o ilustre coronel Francisco Alves do Couto, prestimoso e prestigiado chefe político do município e vereador pelo distrito de Marruás; à direita o distinto comerciante Francisco Carrato, membro influente do Club Progresso Recreativo e Literário, Clubão, tendo a sua direita a gentil filha do Couto, aprimorada cantora de trovas sertanejas. Os demais: genros, filhos e netos do coronel Couto” (*O MALHO* (RIO DE JANEIRO – RJ). Edição nº 347 de 08/09/1909).

Na antiga praça de São Miguel, cuja localização ainda nos é incerta, montou sua notável *Nova*

Casa Italiana de Francisco Carrato.

Em propaganda no jornal Alto S. Francisco anunciava: “Único estabelecimento desta cidade que pode proporcionar à freguesia, variado e completo sortimento de fazendas de todas as qualidades, finas e grossas, modas, armarinho, ferragens, armas, arame farpado, ferro em barra, máquinas de costuras, chapéus de sol e de cabeça, ouro manufaturado, calçados, louças e molhados. Depósito de sal e querosene -- compra e vende gêneros do país. Fábrica de arreios e calçados. Preços sem temer concorrência. Solas preparadas no curtume de sua propriedade, vendendo-a por atacado e varejo. Compra qualquer qualidade de couros. Praça de S. Miguel -- Piumhy -- Minas. Casa filial em Pindaibas, subúrbio desta cidade”.

A publicidade dá notas do tamanho do empreendedorismo de Carrato: proprietário de duas lojas comerciais bem sortidas e diversificadas; depósito de sal e querosene, elementos de elevada importância para o meio rural e urbano; proprietário de curtume, fábrica de sapatos e selas, além de manufatura de ouro. Além de tudo isso, Carrato incentivava e movimentava a economia local ao comprar e vender “gêneros do país”. Carrato construiu considerável fortuna o que permitiu ampliar cada vez mais seus negócios, tomando-o homem conhecido e respeitado na sociedade piumhiense.

Carrato era proprietário de um depósito de atacado de tecidos em Belo Horizonte, o qual foi vítima de um incêndio de grandes proporções na noite de 22 de agosto de 1928. O violento incêndio iniciou num barracão ao lado e rapidamente se espalhou para o prédio onde ficava o depósito. Os bombeiros fizeram o que puderam, lutando contra a falta de água, razão pela qual não foi possível evitar os prejuízos totais. Felizmente o prédio era segurado. O incidente não tirou o ânimo do empreendedor italiano que continuou expandindo seus negócios. Foi sócio de uma firma no Rio de Janeiro e com outro companheiro conseguiu o privilégio para exploração comercial do *Exilir 995*, composto aromático ou medicamentoso diluído em álcool, glicerina ou vinho. Em 1935 há o registro de propriedade de um curtume em Belo Horizonte.

A popularidade do italiano fizeram-no assumir importantes responsabilidades administrativas na cidade. Ocupou o cargo de vereador da Câmara Municipal, (1923 – 1926) onde tinha voz sempre ouvida e acatada dadas as suas experiências de vida e conhecimento intelectual proveniente única e exclusivamente de sua força de vontade. Por mais de uma vez assumiu a presidência das sessões em razão da condição de vice-presidente da Câmara.

Assumiu também a importante missão de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi por cinco mandatos consecutivos entre 1910 a 1915. Nessa função se valeu de sua experiência comercial para buscar o equilíbrio das contas e angariar recursos para sua



ACERVO DO AUTOR

Francisco Carrato, grande e importante liderança política, dinâmico empreendedor comercial

manutenção, numa época em que não havia nenhuma ajuda por parte dos governos estadual e federal.

Em sua administração foi adquirido o casarão do vigário do José Florêncio Rodrigues na atual praça Guia Lopes. A nova sede era uma construção muito ampla e arejada, ideal para a finalidade de instalação do hospital. Para a compra da casa foi empreendida uma campanha de grandes proporções, com doações diversas de animais para leilão, dinheiro e também a doação dos honorários que profissionais tinham que receber do espólio do finado padre, bem como de diversos credores do espólio. Adquirido, o casarão foi reformado e inaugurado dentro da gestão da provedoria de Francisco Carrato.

Carrato procurava agradar seus clientes e para contribuir na propaganda de seus comércios, montou uma banda de música. Trouxe para Piumhi, o arcoense Pedro de Alcântara Velloso, a fim de exercer as funções de guarda-livros de suas casas comerciais, função que hoje mesclava parte das atribuições de um administrador de empresas e do contador. Pedro Velloso tomaria parte da banda de Carrato, procurando a aprimorar e treinar seus membros com conhecimentos técnicos.

Desejando melhores condições de estudo aos filhos e ampliação de seus negócios mudou com sua família para Belo Horizonte, deixando suas lojas sob responsabilidade de seu cunhado Antônio Agresta. Sua mudança ocorreu no início da década de 1930, mas nunca se desligaria totalmente de Piumhi como se pode observar na seguinte nota publicada no jornal Alto S. Francisco: “não é filho de Piumhi, mas é tão afeiçoado a este município como se o fora, tendo fortes ligações na cidade onde viu nascer seus filhos, onde iniciou a luta pela vida no trabalho honesto e produtivo”.

Com a formação da Lira São José em 1923 e o advento do rádio, a banda de Carrato desapareceu. Ele morreu em Belo Horizonte em 20 de junho de 1941, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim. Os piumhienses de hoje sequer se lembraram de colocar o nome desse grande empreendedor e benfeitor da cidade em alguma rua. A iniciativa, ainda que tardia seria importante, para que a trajetória de sucesso desse personagem pudesse ser eternizada na história da municipalidade, bem como servisse de inspiração para a nossa e as gerações futuras.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

Os 123 anos da obra vicentina em Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) é uma instituição de caridade ligada à Igreja Católica. Foi fundada na França em 23 de abril de 1833 por um grupo de estudantes encabeçados por Antônio Frederico Ozanam. O objetivo de Ozanam e seus companheiros era criar um espaço onde pudessem fortalecer sua fé contra as ideologias materialistas na época nascentes, por meio do serviço aos necessitados. Escolheram São Vicente de Paulo como patrono em razão de sua história de vida ligada aos mais pobres e necessitados. A comunidade se espalhou por todo o mundo, mas foram necessários 39 anos para chegar ao Brasil com a fundação da Conferência São José, no Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1872.

Rapidamente a SSVP se espalhou por todo o Brasil. Em Piumhi a semente foi plantada pelo professor e advogado Dr. Cândido Prado, que buscou auxílio de mais 61 homens de bem de nossa comunidade e fundou a primeira Conferência Vicentina na cidade. Dentre os quais Dr. Avelino de Queiroz, Pedro Bueno, Severo Almada, Capitão Francisco Soares Ferreira, Dr. José Nogueira de Sá, Padre Ananias de Paula Vieira. Era o dia 7 de abril de 1901. A reunião de fundação estava marcada para o meio dia na residência de dona Carlota Augusta de Melo, conhecida como D^a Milota, que residia num enorme casarão de estilo colonial que ficava no início da rua Floriano Peixoto -- onde hoje se localiza a Chemise Confecções. Dona Carlota era viúva do Capitão João Domingos de Melo ex-presidente da Câmara, e mãe de um filho único que tinha o mesmo nome do pai e era popularmente chamado de Janjão.

Por aclamação os presentes elegeram o Dr. Cândido Prado como presidente daquela sessão de fundação e instalação da ins-



As primeiras 'casinhas' da SSVP em Piumhi inauguradas em 1942

tituição. Prado convida Carlos Soares da Silva para secretariar a reunião e ler o regulamento que já havia sido aprovado pelas autoridades superiores da Igreja. Essa informação demonstra que foram realizados reuniões e encontros anteriores àquela data preparando o caminho para que a fundação pudesse ocorrer em 7 de abril. Depois de conhecidas as regras foi realizada a eleição para a escolha da diretoria efetiva e o resultado da votação foi: Cândido Prado eleito com 24 votos, Francisco de Assis Lima e Mello com 2 votos, Carlos Soares da Silva 1 voto e Dr. Avelino de Queiroz 1 voto. Os demais cargos foram nomeados pelo Presidente. Seguiram as orações de São Vicente exigidas pelas regras das Conferências. Designaram que as demais reuniões seriam realizadas na residência de D^a Carlota, sempre aos domingos às 18h. A coleta da primeira reunião somou 18\$200 (dezoito mil e duzentos réis). Depois as sessões passaram a ser na sede do Club Literário e Recreativo de Piumhi e mais adiante ainda no Consistório da antiga Igreja do Rosário.

Iniciados os trabalhos a instituição tratou de dar aos pobres da comunidade melhores condições de vida. Dr. Cândido Prado no seu primeiro relatório manifestou o objetivo da instituição *"para que de alguma forma fosse minorada os sofrimentos dos desvalidos e deserdados da*

sorte". Não é preciso destacar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros confrades. Uma delas era a fidelidade dos associados: dos 62 fundadores, um ano seguinte houve uma redução para 48 membros, destacando o falecimento de dois.

Ao longo dos anos muitas conquistas foram alcançadas: construção do primeiro asilo, da Vila Vicentina na década de 1940, construção da Casa dos Velhinhos, do Dispensário para distribuição de alimentos e de uma creche no bairro Bela Vista. Ao longo desses 123 anos muito trabalho foi realizado, sempre com a ajuda da comunidade e doações dos confrades, empresas e fazendeiros.

Durante esse tempo, inúmeras Conferências foram criadas e, dois Conselhos Particulares e um Conselho Central. A instituição, que completou seus 123 anos de existência em Piumhi, no último 7 de abril, prestou e continua prestando incalculáveis serviços aos pobres de nossa comunidade municipal e regional. Dedico essas linhas a todos vicentinos, mas me sinto obrigado a citar um nome em particular de grande confrade e que sempre cuidou dos pobres e da preservação da história dessa importante instituição de nossa cidade: Ovídio Arantes de Melo, falecido no ano passado.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Piumhi e sua Corrida de Cavalos

O dia que a praça Dr. Avelino de Queiroz se transformou num jóquei clube

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A necessidade impõe ao ser humano uma criatividade inimaginável. Jamais imaginaria que a praça Dr. Avelino de Queiroz, em janeiro de 1945 teria se tomado um jóquei clube por um dia. A necessidade de angariar recursos para a conclusão da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi foi a força motriz da ideia, construída pela união dos pensamentos do padre Abel de Abreu Vouguinha e Artede Almada Alvim, respectivamente pároco e prefeito de Piumhi naquela ocasião.

O acontecimento foi marcado para o domingo, 21 de janeiro, a partir das treze horas. O redator de plantão do Alto S. Francisco noticiou *“uma grandiosa ‘Corrida de Cavalos’, em benefício das obras nossa Igreja Matriz”* (Edição nº 863 de 21/01/1945).

Com inscrições prévias, o torneio contou com a participação de dezesseis cavaleiros, os quais eram *“considerados os melhores da redondeza”*. A disputa prometia momentos de sensações *“dado o valor dos animais que estão inscritos, verdadeiros ‘coronéis das corridas’ dos quais muitos já tornaram parte em diversas competições com ótimas colocações e detentores de valiosos prêmios e de nomes afamados, destacando-se o ‘Mineiro’ – o veloz e elegante cavalo do Zico do Limirio que ganhou a última corrida em nossa cidade, e que terá como sério adversário ‘Tarzan’ – o cavalo relâmpago campeão de recente corrida em Passos, na qual ganhou aproximadamente 30 mil cruzeiros em prêmios e que será montado por Zé Rezende. Estreará na pista o cavalo prodígio ‘Alazão’ de propriedade do sr. Higino Leonel e que será montado por Tuíco, cujo cavalo está sendo o ‘Favorito’, já estando batendo o recorde nas apostas; Oliveiros Leonel montando o ‘Penacho’ põe em cheque os demais adversários”*. A transcrição demonstra que já haviam ocorrido competições similares, embora não tivessem sido noticiadas pelo Jornal.

Na programação uma preliminar corrida de bicicletas que contou com *“os azes do guidom piumhiense que farão o percurso de cinco voltas na praça Avelino de Queiroz, sendo classificados os três primeiros chegados ao ponto de saída”*.

Voltando aos páreos, cavalos e cavaleiros se inscreveram: 1º páreo Alazão montado por Tuíco Leonel e Estrelo montado por José Leonel; 2º páreo Mineiro montado por Zico Limirio e Retrato montado por Déto Seabra; 3º páreo Penacho montado por Oliveiros Leonel e Matineé montado por José Aleixo; 4º páreo Marimba montado por Juca Rezende e Lambari montado por Orozimbo Batista; 5º páreo Passeio montado por Avelino Leite e Alecrim montado por Geraldo Macaúba; 6º páreo Tarzan montado por Zé Rezende e Giriza montado por Acácio Ribeiro; 7º páreo Tango montado por Antônio Leonel e Império montado por Di Arantes; 8º páreo Carijó montado por José Goulart e Doidinho montado por Minico Machado.

Como prêmio ao cavaleiro do cavalo vencedor seria oferecida uma linda estatueta do cavalo “Mossoró”, considerado “o Rei dos Cavalos Brasileiros”. Ao segundo colocado seria reservado “um valioso prêmio”. Os prêmios



Foto do acervo de Carlinhos Leonel; cinco cavaleiros piumhienses em 1938. Observe a elegância dos montadores e imponência dos animais numa época em que a cena era comum em nossa Piumhi...

seriam entregues pelas senhoritas Conceição Aparecida Veloso e Maria Alves dos Reis.

Assim, os organizadores da corrida pediam *“aos paraninfos procurarem seus afilhados afim de entregarem qualquer importância e dinheiro para as obras da Matriz”*. Na programação ainda havia a participação da *“Lira São José que tocará durante as corridas. E a noite no salão da Prefeitura terá um formidável baile revertendo a renda em benefício da nova Matriz”*.

Na semana seguinte, o redator do ALTO avaliou a competição através de um artigo cujo título foi *“Sensacional Corrida de Cavalos -- Mineiro confirmou seu favoritismo -- Passeio surpreendeu”*. O jornalista ponderou: *“Sob todos os pontos de vista, foi absoluto o sucesso do grande torneio hípico realizado nesta cidade no domingo último. O enorme público que se transportou à Praça Avelino de Queiroz, dando àquela artéria um aspecto vibrante e entusiástico, viveu momentos de intensa emoção durante o desenrolar brilhante do torneio. A tarde que se fazia não era das melhores. O sol ardente que brilhava era em poucos minutos substituído por uma chuva impertinente, às vezes forte, voltando a brilhar pouco depois. Mas a instabilidade do tempo não conseguiu diminuir o interesse do público numeroso que se abrigando sob as árvores, marquises e guarda-chuvas, procurava o melhor meio de assistir a sensacional competição”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945).

Às 14 horas, os participantes desfilaram *“sob vibrantes aclamações, todos os cavaleiros e ciclistas que tomariam parte do torneio. Conduziam bandeiras do Brasil do EE. UU. [Estados Unidos da América] e Inglaterra, o que deu uma nota de civismo à tarde esportiva”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945). Seguiu-se a corrida de bicicletas, cujo nome do vencedor não foi registrado pelo jornalista de plantão.

Às 14h45 iniciaram as corridas hípicas. A disputa entre Alazão e Estrelo *“foi uma luta renhida tendo Alazão vencido com dificuldade”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945). Os outros páreos foram vencidos pelos animais: Mineiro, Penacho, Marimba, Passeio, Tarzan, Tango e Doidinho -- os quais se classificaram para as semifinais. As disputas foram muito acirradas, pois *“todos competidores se empregaram a fundo, bus-*

cando com grande fibra e entusiasmo o triunfo. Tudo porém, dentro da maior ordem e disciplina” (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945).

O único fato lamentável foi a resolução dos proprietários de Alazão *“retirando do torneio aquele veloz parrelheiro, que vinha se portando brilhantemente, sendo um dos mais sérios candidatos ao triunfo. Esse gesto foi levado a efeito, em face da decisão dos juízes, que anularam a sua carreira com o Mineiro por ter havido uma irregularidade qualquer, que, talvez pela nossa colocação, não vimos absolutamente. Isto, entretanto foi feito sem maiores desavenças”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945).

Decorrida as eliminatórias, cuja descrição não ficou consignada na reportagem, a prova final ficou entre os cavalos Mineiro e Passeio. Analisando *“a tabela do torneio foi desvantajosa à Passeio, dando para adversários os mais velozes animais, o que muito o fatigou. Isto foi um ‘handcap’ para Mineiro, que dele soube se valer, conseguindo assim, com três corpos de vantagem sobre seu valente competidor, um belo triunfo, que lhe valeu título inegável de ‘o mais veloz cavalo piumhiense’. Eram tidos como favoritos, quer pelas suas últimas atuações, quer pelo seu valor inegável, os cavalos: Mineiro, Alazão, Penacho, Tarzan e Estrelo. A exceção dos dois primeiros, todos os demais tiveram atuações discretas não justificando a confiança neles depositadas”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945).

Todo torneio correu na mais absoluta ordem e todos competidores mostraram-se disciplinados e cavalheiros *“o que contribuiu de maneira acentuada para o sucesso integral daquela brilhante tarde desportiva”* (ALTO S. FRANCISCO – PIUMHI - MG. Edição nº 864 de 28/01/1945).

Desse modo, os cavalos Mineiro e Passeio sagraram-se os vencedores da competição e os cavaleiros Zico Limirio e Avelino Leite os melhores montadores, ou melhor, jóqueis de Piumhi. Quem diria, Piumhi transformar a sua principal praça num jóquei clube em favor do término da construção da Matriz de Piumhi. Somente a união do padre Abel e Artede Alvim para nos legar uma pérola dessas...

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Uma vida de estudo e luta que encontrou na advocacia o sentido de sua existência

ÁLBUM DE FAMÍLIA

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na segunda, 15 de abril, completou-se 42 anos da instalação da 77ª Subseção da OAB/MG com sede em Piumhi. Para a área jurídica foi uma conquista há muito aspirada e resultado de luta de anos de reivindicações. Os advogados que atuavam na Comarca de Piumhi deixaram de depender da subseção de Formiga, que relegava ao abandono as necessidades da classe piumhiense em relação aos desejos e caprichos dos advogados formiguenses. Finalizando esse texto em homenagem à memória de uma nobre colega, Dra. Sayonara, tomo ciência do passamento do advogado Éder Mota Barbosa, outro personagem de importante valor no contexto humano, profissional e político. Registro aqui, meus sinceros sentimentos de pesar por seu falecimento e que Deus na sua infinita bondade o acolha e conforte os familiares e amigos.

Filha do meio de três irmãs, Dra. Sayonara Gonçalves era natural de Piumhi, onde nasceu em 14 de março de 1967. Filha do motorista Leonel Gonçalves Neto (Bicudo) e de dona Ilza Chagas Gonçalves, de prendas do lar. A família se completava com as irmãs Sandra, a mais velha, e Simone, a caçula. Foi criada em Piumhi até a idade de 8 anos, quando a família se mudou para Itabirito (MG) em razão do trabalho do patriarca na construtora Andrade Gutierrez. Permaneceu nesta cidade por um ano e meio.

Em julho de 1977 se mudaram para Poços de Caldas no Sul de Minas, também em razão do trabalho do pai. Em Poços de Caldas, Dra. Sayonara concluiu o Ensino Médio e cursou Contabilidade e o Normal. Em 1987, seu pai se aposentou na empresa em que trabalhava e decidiram voltar às suas origens: Piumhi.

Dra. Sayonara sempre foi dedicada aos estudos e percebeu que desejava ajudar as pessoas através da advocacia. Certa de sua vocação profissional, prestou vestibular na Faculdade Pitágoras de Divinópolis (FPD), antiga FADOM e foi aprovada para o curso que desejava. Iniciou sua formação jurídica no início da década de 1990 e se formou em

Direito no ano de 1994. Ingressou para os quadros da OAB em 20 de maio de 1995 após ter sido aprovada no “exame da ordem” que se tornou obrigatório em 1994, conforme a Lei 8.906 de 4 de julho de 1994. Sua inscrição levava o nº 70.777.

Com Edgar Luciano Oliveira da Silva, teve uma filha chamada Ana Carolina Gonçalves Oliveira da Silva, nascida em Piumhi e hoje 2º Sargento da Aeronáutica, servindo na base militar de Anápolis (GO).

Dra. Sayonara se casou em Piumhi, com Aureliano Décio dos Santos, em 6 de dezembro de 1997, razão pela qual passou a assinar Sayonara Gonçalves dos Santos. Do matrimônio nasceu João Marcos Gonçalves Santos, também natural de Piumhi, hoje com 24 anos, técnico em Cultura, trabalha em Capitólio no “Café Vilela”, mas reside em Piumhi. Sayonara era cristã evangélica e frequentava a Igreja Cristã Maranata em Piumhi.

Profissionalmente, lecionou no curso de Contabilidade da Escola Estadual ‘Professor João Menezes’. Lecionou também, na Guarda Mirim, hoje AVAMEP (Associação de Valorização e Apoio aos Menores de Piumhi). Dra. Sayonara era apaixonada pela natureza, razão pela qual amava trabalhar com Direito Ambiental. Para aprimorar seus conhecimentos nessa área buscou profunda formação cursando especialização e o curso Técnico em Meio Ambiente. Trabalhou no CODEMA (Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Capitólio). Atou também na área cível e em algumas causas criminais como Defensora Dativa.

Dra. Sayonara, faleceu aos 51 anos, em razão de acidente automobilístico, ocorrido na rodovia MG-050, em 15 de julho de 2018. Segundo restou apurado pela Polícia Militar Rodoviária,



A advogada Sayonara Gonçalves Santos, uma apaixonada pelas causas ambientais e professora

um veículo que seguia no sentido Piumhi/Passos perdeu o controle direcional em uma curva, invadindo a contramão de direção e atingindo frontalmente o veículo em que a nobre advogada estava, que seguia no sentido contrário. Dra. Sayonara chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, mas não resistiu aos ferimentos. O marido dela sofreu fratura exposta no fêmur e foi levado para a Santa Casa de Passos. O motorista causador do acidente fugiu sem prestar socorro, sendo posteriormente identificado.

Toda comunidade piumhiense, de modo especial os membros do meio jurídico, a família e os membros da Igreja Cristã Maranata, demonstraram-se profundamente sentidos e chocados com a prematura morte da advogada piumhiense. Ela foi sepultada no ‘Cemitério da Saudade’ em Piumhi. Em 3 de julho de 2020, o prefeito municipal, Adeberto José de Melo, sancionou a lei nº 2.470 que deu nome ‘Dra. Sayonara Gonçalves Santos’ à rua ‘C’ do loteamento Jardim Betel, bairro Novo Tempo, uma justa homenagem proposta e aprovada pelos vereadores da Câmara Municipal de então.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira

A devoção do Juca Pedro

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A tradição católica ensina que Maria é representada por diversos títulos e que cada um deles tem uma simbologia e um significado. No estudo da teologia católica há uma disciplina exclusiva, chamada Mariologia, destinado ao estudo aprofundado dessa personagem que de mulher simples transformou-se a mãe de Jesus Cristo, o Redentor da Humanidade para o mundo cristão. Os habitantes primitivos consagraram esse lugar aos cuidados de Nossa Senhora do Livramento, título de origem portuguesa.

Nas águas do rio Paraíba do Sul, as redes de pescadores içaram das águas de cor barrenta o tronco de uma imagem sacra sem a cabeça. Lançada novamente a rede nas águas do rio içaram a cabeça da imagem. Tratava-se de uma imagem de Imaculada Conceição, um dos diversos títulos de Maria. A partir daí a imagem que misteriosamente ‘apareceu’ aos pescadores passou a ser chamada de Nossa Senhora Aparecida. Rapidamente a devoção se espalhou e o lugar onde a imagem foi encontrada tornou-se ponto de peregrinação.

OS REDENTORISTAS

Desde a década de 1920 ocorreram em Piumhi as ‘Missões Redentoristas’, cujos padres tinham a missão de cuidar do Santuário criado na cidade onde a imagem havia sido encontrada. Coube a esses missionários espalhar entre os piumhienses a devoção do título de Nossa Senhora Aparecida.

A devoção cresceu muito e o padre José Espíndola Bitencourt, pároco de Pimenta, quando vigário provisório de Piumhi redigiu um termo de abertura de livro de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Livramento, na década de 1920, datou o mesmo e lavrou ‘Festa de Nossa Senhora Aparecida’.

MILAGRE NO ARARAS

A devoção dos piumhienses à imagem do rio Paraíba do Sul aumentou quando o fazendeiro Tiago Terra, residente na região as Araras ao roçar um mato, encontrou-se de frente a uma onça que chegou as lhe mostrar os dentes para o ataque, quando o retirante gritou: ‘Valei-me Nossa Senhora da Aparecida’. O animal selvagem ao ouvir a rogativa desesperada abaixou a cabeça e simplesmente saiu. O fato teve grande repercussão e na época foi publicado na revista ‘Ecos Marianos’ de Aparecida -- SP.

JUCA PEDRO E Dª MARIA

A devoção foi crescendo e

decidiram construir uma capelinha para Nossa Senhora Aparecida em Piumhi. A iniciativa foi liderada pelo casal José Pedro Rezende Costa (Juca Pedro) e Maria Alves de Lima, casados na paróquia de Piumhi aos 2 de dezembro de 1905 através das bênçãos do padre Francisco Gonçalves Goulart (padre Chico Goulart), tendo como testemunhas Álvaro Alves de Lima e Ottoni de Freitas

Mourão. O casal teve pelo menos uma filha de nome Maria. Foram eles responsáveis pela campanha inicial que deu origem à capela.

Também do Jornal ALTO S. FRANCISCO encontramos a notícia da morte de José Pedro Rezende Costa (Juca Pedro): ‘Vítima de pertinaz moléstia que o reteve ao leito durante longo tempo, faleceu sexta-feira última, o sr. José Pedro Rezende Costa, residente nesta cidade. Possuía nesta cidade e em outros lugares onde residiu, um vasto círculo de amigos, no meio do qual o seu desaparecimento foi motivo de grande pesar. Seu sepultamento realizou-se às 16 horas daquele dia, comparecendo um grande número de pessoas. Deixa viúva a exma. Sra. d. Maria Alves de Lima. À família enlutada, nossos pêsames’ (ASF nº 841 de 28/02/1943).

SURGE A CAPELINHA

Desse modo, a pequenina, mas admirável Capelinha de Nossa Senhora Aparecida de Piumhi, foi erguida em 1930 por iniciativa desse casal que empreenderam uma campanha para a sua construção. Sabemos disso em razão de uma pequena nota de agradecimento publicada no jornal ALTO S. FRANCISCO: ‘Nós abaixo assinados vimos por meio deste, agradecer a todas as pessoas que concorreram com suas esmolas a nosso pedido, para a construção da Capela de N. Sra. Aparecida nesta cidade, conforme consta a lista em nosso poder na importância total de 964\$500. Levamos ao conhecimento de todos que o Exmo. Rvm. Vigário desta Freguesia Dr. Padre Bernardo Nogueira, fizemos entrega da referida lista com a respectiva importância, conforme recibo em nosso poder. Piumhy, 26.04 1930. José Pedro Re-



A Capelinha de N Sra. Aparecida erguida em 1930

zende Costa e Maria Alves de Lima’ (ALTO S. FRANCISCO. Edição nº 388 de 04/05/1930).

Observem que o casal conseguiu angariar quase um conto de réis, o que era uma considerável soma para época. O dinheiro foi entregue ao padre Bemardo que conduziu com os recursos obtidos erguer a pequena capela. Desconhecemos quem foram os pedreiros que executaram a obra. Entretanto, sabemos que a cruz de ferro que encimava a capela com a marca do ano ‘1930’ foi forjada na tenda de ferreiro de José Flamiano de Freitas Júnior. Essa cruz hoje fica na capela do Santíssimo da atual Igreja de Nossa Senhora Aparecida.

Na mesma época foi encomendada uma imagem de Nossa Senhora Aparecida de gesso que fora entronizada no altar da pequena capela. Também por volta de 1930 foi criada a ‘Confraria de Nossa Senhora Aparecida’, que era uma associação laica que funciona sob princípios religiosos, fundada por pessoas piedosas que se comprometem a realizar conjuntamente práticas religiosas, assistenciais e caritativas.

O ALTO S.A FRANCISCO de 24 de setembro de 1944 publicou a seguinte nota: ‘Grandiosa Festa de N. Senhora Aparecida: Teve início nesta semana a novena que se realiza anualmente em louvor a Nossa Senhora Aparecida cuja festa será no próximo domingo, 1º de outubro e constará do seguinte: missa cantada, procissão, bênção e leilão’.

A história segue na próxima edição com A Capela, a Imagem e o padre Abel.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. A devoção do Juca Pedro: da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 5 maio 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira

A Capela, a Imagem e Abel, sucessor do padre Bernardo

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

IMAGENS: ALTO ARQUIVO

O pequeno, mas ruidoso sino da Matriz de Piumhi assinalava pelas 6 horas da manhã do dia 4 de julho de 1937, através de fortes batidas a morte do Padre Bernardo Fernandes Nogueira. Para assumir o lugar do promissor padre português, o Bispo Diocesano Dom Manoel Nunes Coelho entregou a Paróquia a uma Congregação Religiosa -- essa experiência não foi superior a dois anos. Após o afastamento dos Cordimarianos (hoje Clarentianos), a Paróquia foi novamente entregue a mais um português, haja vista que o povo de Piumhi já estava acostumado com padre português.

O sucessor do Padre Bernardo atendia pelo nome de Abel de Abreu Vouguinha, natural que era da cidade de Viseu onde nasceu no dia 1º de abril de 1896. Tornou-se sacerdote católico pelo sacramento da ordem, recebido ainda em Portugal, em 23 de setembro de 1919. Trabalhou em algumas paróquias da Diocese de sua origem.

Foi convidado para trabalhar no Brasil, e ao receber aquele chamado missionário aceitou-o com plena resignação. Incardinou-se na Diocese de Luz e foi designado para dirigir a paróquia de Piumhi. Assumiu o comando de sua única paróquia no Brasil em maio de 1938, ocasião em que tomou posse como pároco de Piumhi. Alguns anos mais tarde se envolveu numa teia política e seus rivais espalharam um boato contestando sua identidade: *“esse que diz que é padre, não é, mas era irmão gêmeo do verdadeiro padre. Este é advogado, mas assumiu a identidade do verdadeiro que foi falecido durante a viagem -- assim teria melhor receptividade e uma vida mais fácil no Brasil porque aqui todo mundo tem medo de padre”*. O padre Abel tornou-se um ícone da história piumhiense por ser protagonista principal de inúmeros casos e fatos, muitos dos quais bastante pitorescos.

‘SANTA APARECIDA’

Racismo é uma das acusações mais graves que impuseram nas costas do padre Abel. A questão é polêmica e divide opiniões: há quem tome a defesa do padre e há outros que não o perdoam por suas atitudes. A celeuma nasceu a partir da *“maquiagem branca”* imposta sobre o rosto de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida que ficava no altar da pequena capelinha da santa na rua Getúlio Vargas.

Trata-se de uma imagem da década de 1930, moldada em gesso e que tinha pintura negra, como nas convencionais, além de uma inscrição de *“Nossa Senhora Aparecida”* em alto relevo. Muito racista devido à proximidade cronológica da abolição, ressaltando ainda que a lei da emancipação tornou os ex-escravos marginalizados na sociedade brasileira, uma vez que não foi acompanhada de um projeto de integração social. Completando esse contexto, o padre recém chegado e vindo da Europa, ou seja, um povo que por si só, já se considerava superior aos demais. Com naturalidade, não aceitaria que a Mãe de Jesus fosse representada por uma figura negra.

Assim calçado numa teologia arcaica e conservadora que não permitia afrouxamento ou inovações, con-



Acima o pintor piumhiense Zezico Alvim e a famosa imagem de Nossa Senhora Aparecida Branca. À sua direita padre Abel Vouguinha. Dois protagonistas de uma inusitada história da religiosidade em Piumhi

A história virou polêmica na época do padre Antônio Campos Pereira: coube a ele pedir ao bispo uma solução para o caso

siderava um absurdo e um pecado mortal que Maria fosse esculpida pelos brasileiros na cor *“preta”*. Essa inovação teológica estaria ligada na questão da inserção da religiosidade na história do Brasil e vice-versa: Nossa Senhora vestiu-se de negra para libertar os excluídos e marginalizados de nossa sociedade: os próprios negros. Para padre Abel havia um erro teológico na questão: a imagem encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul não era uma Nossa Senhora, mas uma ‘Santa Aparecida’.

‘MAQUIANDO’ A VIRGEM

Para executar a maquiagem da santa o padre Abel contratou o artista piumhiense, José de Freitas Alvim, conhecido como Zezico Alvim ou como Zezico do Coriolano. Alvim era natural de Piumhi, onde nasceu no ano de 1907, sendo filho de Coriolando de Paula Alvim e Maria Madalena de Freitas. Casou-se em Piumhi, aos 24 de março de 1936 com Aracy Luiza. Teve também a oportunidade de assinar alguns dos afrescos que adornam o teto da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento, na Catedral de Luz, na Igreja de São José de Belo Horizonte, um retrato do padre Alberico, um retrato do Dr. Oscar Soares Machado e diversas outras obras.

O serviço foi executado a contento e a atípica imagem da Padroeira do Brasil foi entronizada no altar principal da pequena Capelinha, onde permaneceu por longos anos. Na época ninguém falou nada porque o jeito sisudo e mal humorado do padre Abel poderia ter reações impensáveis. É possível que se alguém questionasse seu ato receberia como pena uma excomunhão, o que para que não sabe, significa a *“expulsão”* da Igreja.

Assim a imagem de ‘Nossa Senhora Aparecida Branca’ permaneceu no altar da capelinha por muitos anos. Muitos padres passaram pela paróquia, muitas pessoas comandaram a confraria e nunca houve questionamentos da imagem diferente das convencionais.

QUESTIONANDO A SANTA

Nos anos 1990, quando comandava a Paróquia de Piumhi padre



Antônio Campos Pereira, conhecido como padre Tonhão, começou a surgir os burburinhos partidos da Confraria Nossa Senhora Aparecida. A presidente da irmandade pediu ao pároco para devolver a cor negra à imagem. A proposta virou polêmica e a população católica se dividiu: alguns aprovavam e outros não. Histórias e lendas antigas eram desenteradas: *“que o Padre Abel impedia a entrada de negros na Igreja”*; *“usava o púlpito da igreja para fazer política”*; *“não tolerava crianças chorando ou tosse renitente em suas missas”*, *“Chamava a atenção do sujeito na frente de todo mundo, expondo-o a uma situação vexatória”*.

Lembravam de tantas características negativas do padre que chegaram a esquecer que fora ele o responsável por levantar a igreja Matriz Nossa Senra do Livramento e o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

VIRGEM NEGRA NO ALTAR

Padre Tonhão era contra a nova pintura da imagem, pois a considerava um patrimônio histórico, e como tal, deveria ser preservada. Porém, para minimizar a polêmica mandou que a imagem pintada de branco fosse retirada do altar e que fosse colocada outra em seu lugar outra na cor negra. O padre buscando um desfecho final buscou solução ao seu superior, o bispo de Luz, Dom Belchior Joaquim da Silva Neto. O prelado diocesano pensou igual ao padre Tonhão: que uma imagem na cor negra subisse ao altar e que a maquiada fosse destinada a um museu para que sua história fosse conservada.

E é por aí que retomaremos a história na próxima edição, em seu terceiro e último capítulo. Afinal , teria sido o português Abel de Abreu Vouguinha realmente um padre racista?

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

Da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira Igreja na Getúlio Vargas foi inaugurada em janeiro de 90

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

LORENA MELO

Padre racista?
É pouco provável que o padre Abel tenha sido movido por racismo, pois muitos de seus sacristãos eram negros. Algumas pessoas afirmam o que se verifica improcedente haja vista depoimentos de muitos negros que afirmam ter “frequentado suas missas normalmente, participado de casamentos e batizados que também envolviam pessoas negras, sem nenhum tratamento diferente”. Ovídio Arantes acrescenta que na ocasião da construção da Igreja do Rosário, despencou-se da altura da torre um dos empregados da construção que “caiu debatendo-se entre os andaimes, e o padre, que se dizem racista, fez vir à Piumhi um avião para socorrer sem muita demora àquele pedreiro que era negro”, mas isso já é outra história.

Quanto a atitude do padre – a maquiagem da Virgem -- deve ser pesada e medida no contexto da época e as diversas circunstâncias que envolveram o fato. Interessante é que a questão chegou aos bancos escolares e a menina Leinimar Fátima Pereira registrou em uma produção de texto suas impressões sobre o assunto e o jornalista Maurício Cameiro do CORREIO BRASILIENSE pinçou e publicou o fragmento: “Minha professora disse que Nossa Senhora não é preta, nem branca. É de todas as cores”.

UMA IGREJA MAIOR

A pequenina capelinha não atendia mais. Nos projetos pastorais delineados pelo do padre Ivan de Oliveira Elias e seus agentes comunitários ficou definido, no início de 1987, que “Queremos construir a nova capela Nossa Sra. Aparecida em lugar da pequenina capelinha que há” (Livro do Tombo da PNSL, folha 162). No domingo de ramos, dia 12 de abril de 1987, foi realizado o lançamento da pedra fundamental da capela Nossa Senhora Aparecida.

Toda renda da Festa da Padroeira de Nossa Senhora do Livramento de 1987 foi destinada para a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida, valores que deram grande impulso à obra (Livro do Tombo da PNSL, folha 162). Padre Ivan havia implantado alguns anos antes a estrutura pastoral de trabalho em comunidade, de modo que a cidade foi dividida em pequenas comunidades, no total de nove urbanas.

Nesse espírito de comunidade e valorização da importância do leigo na vida prática da Igreja, o pároco colocou o empreendimento da construção da nova capela nas mãos das principais lideranças da Comunidade Santa Cruz. Des-



Aspecto atual da Igreja Nossa Senhora Aparecida (acima); com a devoção iniciada na década de 1920, capela erguida em 1930 e reconstruída nos anos 1980/1990, início da novena anual em 1992, hoje a Festa de Nossa Senhora Aparecida (direita) tradicional em Piumhi.



PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO

sa forma, a construção da nova igreja se deu por iniciativa dos próprios leigos que se organizaram em comissões de campanhas, de festas, de fiscalização da construção, de mutirões, entre outras. Eram os membros das comissões que angariavam recursos e que os aplicavam na execução da obra. O padre acompanhava tudo, mas deixava que a comunidade tomasse as suas próprias decisões.

O padre Ivan registrou no Livro do Tombo da Paróquia, no início de 1988: “Por outro lado incentivamos modesta, mas persistentemente, o povo na construção da Capela N. Sra. Aparecida, cuja edificação teve início em meados de 1987. Graças a Deus vai indo” (p. 170 -171).

MISSA E INAUGURAÇÃO

Impossível listar todos os colaboradores no processo de construção, mas algumas pessoas tiveram destaque, os quais cito os nomes na esperança de que todos sintam-se homenageados: Januário Caetano de Oliveira e Chiquito da FAJID.

Grande parte dos recursos empregados na construção do templo era proveniente de leilões de bezerros e prendas angariadas nas comunidades rurais da cidade. Quermesses, forrós, lista de doações voluntárias foram outras estratégias que também deram certo.

Padre Ivan foi transferido de Piumhi em meados de 1989, deixando consignado no já referido Livro do Tombo algumas informações para seu sucessor, padre Antônio Campos Pereira, dentre as quais: “Capela N. Sra. Aparecida: Tem movimento financeiro próprio e independente da paróquia. Tesoureiro: Chiquito da FAJID” (f. 176).

Com as obras da construção da “Capelinha” como era chamado o espaço, em adiantado estágio foi celebrada a Missa do primeiro dia da Festa da Padroeira de Nossa Senhora do Livramento, em 12 de agosto de 1989, às 19h. Outra celebração foi realizada no templo em

construção em 12 de outubro de 1989, ocasião em que leilão e barraquinhas, numa data que o padre Antônio chamou de “Dia D da Paróquia Nossa Senhora do Livramento” -- Dia “D” é dia decisivo para algum fato, começou a ser utilizado quando se referiam a data do desembarque das tropas aliada na Normandia durante a Segunda Guerra Mundial para impedir que os inimigos interceptassem as conversas e descobrissem a referida data.

Padre Tonhão, fez aprovar nos conselhos paroquiais o sonho de muitas lideranças da restauração da Matriz em suas condições iniciais. As obras de reforma da Matriz se iniciaram em janeiro de 1990, ocasião em que o citado padre lavrou no Livro do Tombo: “No mês de janeiro, fechamos a Igreja Matriz e inauguramos a Igreja Nossa Senhora Aparecida na rua Getúlio Vargas, levando parte dos bancos da Matriz para lá e a outra parte para a Igreja do Rosário” (f. 189 -- 190).

No ano de 1992, começou-se a celebrar a “Festa de Nossa Senhora Aparecida” com missas e coroações em todos os seus dias. Era o início de uma solenidade festiva que se tornou tradicional em Piumhi, sendo celebrada todos os anos.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com



Clere Maria

Corretora Imobiliária

(37) 98822-1765

CRECI MGF0048033

MELO, Luís Augusto Júnio. Igreja na Getúlio Vargas foi inaugurada em janeiro de 90: da pequenina capela à Igreja Nossa Senhora Aparecida e a polêmica de sua Padroeira. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 103, 19 maio 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Piumhi numa perspectiva diferente

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ÁLBUM PARTICULAR

A professora de artes da Escola Estadual “Professor João Menezes”, Laiza Renata Carmo, desenvolveu com seus alunos um interessante projeto “Um olhar sobre minha Comunidade”. O projeto contou com a participação fundamental da empresa “Studio 10” que o abraçou com muito entusiasmo.

Inicialmente Aline e sua equipe do Studio 10 deram um curso de fotografia para alguns alunos da escola. Nas aulas foram ensinadas técnicas de imagem, contraste, princípios de ética na fotografia, técnicas de iluminação etc. Os alunos que participaram do curso replicaram seus conhecimentos com os colegas não participantes.

Num segundo momento, a proposta foi levar os alunos para a comunidade. A ideia é que eles percebessem a vida e os espaços além dos muros da escola. Com apoio da equipe do Studio 10, principalmente dos proprietários Aline Soares Costa Oliveira e Dênis Oliveira, os alunos foram treinados para utilizarem os equipamentos fotográficos profissionais, buscarem melhores ângulos e as oportunidades certas para fotografar. Desse modo, puderam ver com olhos diferentes: pessoas, objetos, animais, lugares e belezas naturais, que até então passavam totalmente despercebidos no seu dia-a-dia.

Por aproximadamente dois meses, os alunos capturaram, sob as coordenadas profissionais da equipe do Studio 10, milhares de imagens da comunidade piumhiense no espaço urbano e rural. Imagens que demonstram uma rara beleza natural e a espontaneidade da nossa gente, bem como a graciosidade sem igual dos nossos espaços naturais existentes em nosso município.

Após uma criteriosa seleção um pouco mais de 5 centenas de fotografias foram impressas com a máxima qualidade do Studio 10. As maiores foram emolduradas para uma exposição maravilhosa realizada no espaço do “Pérola Negra Center”, em 9 de maio próximo passado. A exposição aconteceu das 19 às 21 horas e foi visitada por centenas de pessoas. Foi um sucesso.

PROJETO ENGRANDECEDOR

A execução do trabalho foi muito positiva, pois os alunos alcançaram além de um aprendizado imenso maior conhecimento sobre nossa comunidade além dos muros da escola, percebendo uma realidade que antes passava despercebida aos olhos de todos. A diretora da Escola Estadual “Professor João Menezes”, Eliza Goulart, destacou que projetos



Em maio deste ano, a mostra do projeto acontece no Pérola Negra Center

como esse engrandecem muito o processo de aprendizagem, uma vez que dá um aspecto prático e concreto àquilo que se aprende na escola. *“Uma boa educação é muito mais do que levar ao aluno os conhecimentos do currículo, mas ensiná-los a sentirem parte da comunidade em que vivem. O primeiro passo é perceber que essa comunidade existe, o que o projeto demonstrou de forma muito satisfatório. Agradeço a equipe do Studio 10 por ter abraçado o projeto, à professora Laiza pela iniciativa e os alunos pela participação e por ter dado um verdadeiro show”.*

A professora de artes, Laiza Renata Carmo, comentou que: *“A Escola Estadual Professor João Menezes ganhou o Prêmio Escola Transformação, com parte da premiação foram adquiridas duas máquinas fotográficas profissionais. Assim, surgiu a necessidade de aprender a manuseá-las, dando origem ao projeto ‘Olhar sobre a Minha Comunidade’, que busca reconhecer iniciativas bem-sucedidas nas escolas públicas de Minas Gerais. O projeto permitiu aos alunos refletir sobre a história local, prédios, patrimônios e pessoas da cidade, inspirando uma pesquisa para resgatar acontecimentos importantes. O objetivo principal era despertar nos estudantes a valorização da história e dos costumes da comunidade. O projeto foi um sucesso, marcado por um evento emocionante que destacou o trabalho árduo e dedicado dos participantes”.*

O aluno Pedro Celestino, do 1º Ano do Ensino Médio Integral destacou que o projeto foi um verdadeiro curso de fotografia, pois *“me ensinou muitas coisas novas. Quando soube fiquei doído para poder participar, pois gosto muito de fotografia. A Aline é ótima professora. Aprendi bastante coisa sobre fotografia e ajudei na apresentação. A Aline me pediu para fazer cobertura principal da exposição desde o princípio. Gostei muito e tirei*

várias fotos do evento e estava tudo muito lindo: os quadros, as fotos, os varais de fotos e a organização do evento”. A aluna Ana Paula Barbosa Ferreira da Rosa Garofo, também do 1º Ano do Ensino Médio Integral, afirmou: *“O curso de fotografia, eu amei! Me fez descobrir um interesse pela fotografia que não sabia ter. O curso foi ótimo e a professora melhor ainda, ela ensinou muitas técnicas que vou levar para frente. Pretendo tentar alguma futuramente na área da fotografia”.*

Já para o aluno Kauã Augusto, 2º Ano do Ensino Médio Integral: *“O projeto mostrou a arte da fotografia aos alunos, incentivando os mesmos a olhar ao redor e enxergar os pequenos detalhes. Desse modo, revelando talentos hobbies escondidos. Por esse motivo, foi mais do importante, ele foi essencial”.* O aluno Antônio Gabriel Alves Ribeiro, também do 2º ano, destacou: *“O projeto foi muito importante, pois uniu os alunos com o mesmo propósito: fotografar a comunidade de Piumhi e seus principais pontos turísticos. As fotos tiradas mostram a cidade através do olhar dos alunos, com uma perspectiva diferente do comum, mostrando a beleza nos pequenos e despercebidos detalhes”.*

Como professor de história e entusiasta da cultura piumhiense, destaco que o projeto foi além do esperado, pois permitiu que a comunidade piumhiense percebesse que Piumhi é muito mais do que uma cidade, é gente, patrimônio, arte, natureza, vida! Destaco que esse projeto engrandeceu de forma imensa a preservação da cultura piumhiense através da arte da fotografia. Finalizando deixo a frase de um fotógrafo do Studio 10, Davidson Lemos da Paixão Rocha, que participou ativamente do projeto: *“Sou de São Paulo, Piumhi é o paraíso, não saio daqui nunca mais. Aqui é qualidade de vida!”.*

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Educandário comemora seus 50 anos de história

ACERVO DA EE PROFESSOR HORTA

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em comemoração solene, a Escola Estadual “Professor Francisco de Paula Rebelo Horta” celebrou no início deste mês seus 50 anos de atividades. Meio século de histórias.

No período da Ditadura Militar foram criadas inúmeras escolas profissionalizantes as quais eram normalmente chamadas de GOT sigla que designa Ginásio Orientado ao Trabalho. Nesse sentido, foi pensada a criação da segunda escola pública de Piumhi com curso Ginásial.

As tratativas iniciais para efetivação do projeto partiram do padre Alberico de Souza Santos, hábil articulador político. Auxiliaram o padre ilustres personalidades piumhien-ses: Bossuet Costa, a educadora e corretora de imóveis Lúcia Silva, a professora Wanda Ferreira de Oliveira e a também educadora Vera Lúcia Soares. Coube a essas nobres e distintas senhoras a elaboração dos processos e organização dos documentos necessários para a criação da escola, enquanto que para o padre e Bossuet tocaram a responsabilidade das articulações e pressões políticas junto às esferas máximas dos poderes legislativos e executivos do estado.

Os mútuos esforços culminaram no decreto-lei nº. 16.138, de 18 de março de 1974, que cria a *Escola Estadual “Professor Francisco de Paula Rebelo Horta”*, nome sugerido pelo então prefeito Bossuet Costa, buscando uma homenagem àquele que foi um dos precursores da educação piumhiense. O professor Horta nasceu Santa Bárbara, filho de Antônio Gomes Rebelo e Emília Augusta Carneiro Horta. Diplomou-se em Direito em 1909, sendo Juiz de Direito das comarcas de Paracatu, Piumhi, Leopoldina e Ubá.

A construção do prédio foi realizada em duas etapas: a primeira (parte de baixo) foi erguida com recursos providos pelo deputado João Ferraz e a segunda (parte de cima) foi construída em estilo arquitetônico diferente por influência do deputado Maurício de Andrade. O imóvel ficou fechado por algum tempo e somente alguns meses veio a autorização de funcionamento.

Para a operacionalização da Escola ficou acordado que o Estado de Minas Gerais se responsabilizaria pelo pagamento dos salários dos funcionários, enquanto que os equipamentos de materiais didáticos e laboratórios seriam incumbência da Prefeitura Municipal de Piumhi. As aulas iniciaram no princípio do ano de 1974, contando com turmas de 5ª,



Estudantes participam da missa inaugural do antigo GOT em 1975 tendo à frente o seu primeiro diretor professor Theodorico Vieira de Souza

6ª e extensão da 7ª, e com o passar dos anos a escola foi crescendo e expandindo para as outras séries. De 1978 a 1994 a escola funcionava nos três turnos nas séries finais do Ensino Fundamental. No ano de 1995 a escola ganhou dois presentes: autorização dos órgãos competentes do Estado para o funcionamento do 1º Ano do Ensino Médio e a criação do Curso Técnico em Enfermagem, que funcionou até 1997, quando foi extinto.

Na ocasião da inauguração da escola, esta contava com salas equipadas para: Educação para o Lar, Práticas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Artes Industriais. Essas características propiciaram à Escola Horta o apelido de GOT. Nesses primórdios era dirigida pelo professor de Matemática Theodorico Vieira de Souza, sua grande marca foi a constante luta com a qual se empenhou para a manutenção do turno noturno. Sua gestão se encerrou em 1982, quando foi afastado por questões políticas.

O mestre Theodorico foi sucedido pela professora Maria Joana Rezende da Silva Oliveira, cuja marca administrativa estava na iluminação da escola, além de seu senso de justiça e compromisso com as necessidades do educandário que prefigurou no seu mandato de 1983 a 1987. No intervalo de 1987 a 1991 governou o GOT professora Celiza Pereira da Silva que deu ênfase à reforma da biblioteca e um trabalho conjunto com educandos, professores e funcionários. Nos anos de 1992 e 1993 a escola foi administrada pela professora Maria Marta de Castro Oliveira, cujo trabalho voltou-se totalmente para o aluno, conseguindo melhorias significativas na rede

física da escola, sendo também nessa época que cria o lema e a filosofia da Escola Professor Horta: “Amar, Educar e Construir”.

A educadora Roseane Soares Arantes Santos regeu a escola de 1994 a 1999. Em sua gestão podemos destacar a reforma na entrada lateral da escola, bem como na rede hidráulica e elétrica, além de ter lutado incansavelmente pela criação do Ensino Médio e do Curso Técnico de Enfermagem. No ano 2000, entra para direção do educandário o professor de Educação Física Antônio Alves de Oliveira, homem de grande valor por sua dedicação e conhecimento das leis educacionais. Demonstrou-se também um bom administrador conseguindo manter uma boa interação entre alunos, professores, funcionários e pais. No terceiro mandato consecutivo realiza um sonho antigo: a cobertura da quadra de esportes — iniciada em 11 de dezembro de 2008. O professor Antônio Alves de Oliveira assumiu a direção da escola permanecendo no cargo por muitos anos até se afastar por problemas de saúde, sendo sucedido pela professora Selma Garcia. A atual direção juntamente com a equipe pedagógica, docentes, alunos e demais funcionários prepararam uma festa digna da comemoração, para qual tive a honra de ser convidado, mas por compromissos de trabalho não pude estar presente, razão pela qual aproveito a oportunidade para desejar meus sinceros parabéns. Gosto muito dessa Escola na qual tive a oportunidade de exercer meu magistério profissional por um ano e meio.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE

HOTEL CENTRAL – CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO

Livro de Ademir Cunha foi lançado no Espaço Credialto

ALTO ACERVO

HOTEL CENTRAL
Zoroastro da Costa Lima (Zolô)

Comunica aos seus amigos que acaba de assumir a direção do Hotel Central, nesta cidade, onde espera merecer a preferência dos srs viajantes, visitantes etc., oferecendo-lhes a certeza dos seus melhores esforços no sentido de proporcionar a todos uma hospedagem condigna, com tratamento distinto e maior conforto possível.

Sendo o Hotel Central um estabelecimento modelar, instalado em prédio confortável esbo direção escrupulosa, acha-se em condições de atender a contento a todos que o honrarem com a sua preferência.

Hotel Central — Tratamento fino — Cosinha de Ia.
Praça Dr. Avelino de Queiroz
PIUMHI — MINAS

O Hotel Central na Piumhi de meados do século passado; abaixo o médico escritor Ademir Cunha autografa o seu livro

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Com a dedicatória: “Ao querido Luís Augusto, grande historiador, com carinho. Ademir Cunha” recebi das mãos do autor a obra “Hotel Central Crônicas do Fim do Mundo”, obra literária lançada no Espaço Conexões do SICOOB CREDIALTO, no dia 29 próximo passado. Foi uma noite agradável em que foram expostos elementos técnicos da obra, tais como: a filosofia adotada pelo autor em comparar as belezas femininas e masculinas da Piumhi dos anos 1930, 1940 e 1950 com os grandes astros do cinema da mesma época e arquitetônica demonstrando a imponência de uma construção moderna que se mostrava avançada para época em meio aos casarios de estilo colonial que povoavam a praça Dr. Avelino de Queiroz e as ruas empoeiradas da Piumhi daqueles anos.

O autor, Ademir Batista da Cunha, é natural de Piumhi, filho de Juarez Cunha e Geraldina Batista da Cunha, falecida há pouco mais de um ano com idade bastante avançada. Aos 17 anos mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de complementar seus estudos, mas sua terra natal nunca deixou seu pensamento, como ele próprio disse na apresentação de lançamento de seu livro: “a gente sai de Minas, mas Minas não sai da gente”. Ademir formou-se em Medicina pela Universidade Federal Fluminense, onde se tornou catedrático da cadeira de Cardiologia. Posteriormente, passou a dedicar-se a literatura, teatro e cinema, tendo realizado vários cursos para roteiros para cinema e teatro na Casa das Artes de Laranjeiras -- RJ (CAL). Escreve críticas teatrais e cinematográficas em suas redes sociais. A obra “Hotel Central -- Crônicas do Fim do Mundo” abre sua promissora carreira literária que já possui outra obra no prelo com o nome “Cheiro de Ameixas”.

A obra em si é uma produção de literatura ao estilo do famoso e midiático escritor Dan Brown, caracterizado pela mistura entre realidade (fatos históricos, locais, personagens reais) e ficção (frutos da imaginação do autor). Quando leio esse renomado autor estadunidense fico entre a leitura e a pesquisa, para discernir o que é real do que é imaginário, mas isso é uma característica particular minha. O próprio autor, Ademir Cunha, nos parágrafos iniciais da primeira crônica adverte: “qualquer semelhança com a realidade será uma mera coincidência”.

Como historiador me sinto na obrigação de apontar alguns elementos da obra incompatíveis com a verdade histórica, não no intuito de desmerecimento de tão importante obra para a literatura piumhiense, mas para que os leitores possam compreender melhor a própria narrativa de Ademir Cunha.

“O Hotel Central” é tratado na obra como um personagem, ponto de onde se irradiava a cultura, influências da moda, novidades vindas dos grandes polos urbanos do país e do mundo, conchavos políticos e partidários. Desse modo o “Hotel Central” é na obra um elemento de onde partia os grandes acontecimentos da cidade: no seu salão eram realizadas reuniões políticas que decidiam candidatos, festas comparadas ao baile da Ilha Fiscal realizado para família imperial brasileira uma semana antes da Proclamação da República, palco de assassinato, ponto de encontro da procissão do encontro, ponto de partida e chegada dos bailes de carnaval etc.

Comparada à realidade histórica é certo que o “Hotel Central” teve importante participação na vida social e política de Piumhi, porém sem essa participação não teve esse glamour todo inspirado no “Copacabana Palace Hotel” do Rio de Janeiro. Na realidade comparada ao grandioso hotel do Rio de Janeiro o “Hotel Central” de Piumhi não passava de uma “pensão sem muita importân-

cia”. O autor coloca essa importância toda no hotel a fim de destacar que aquele lugar foi testemunha ocular de muitos fatos históricos ocorridos em nossa cidade -- seria como se suas paredes pudessem falar, relataria o mesmo que o autor narrou...

O autor coloca a inauguração do “Hotel Central” no ano de 1937. No entanto, nesse ano se deu a inauguração do prédio como “Casa Paroquial”. Sua construção foi realizada no local onde estava a capela primitiva que deu origem ao anraial que após desenvolvido tornou-se a cidade de Piumhi. É o lugar que chamamos historicamente de “Marco Zero”, pois foi o ponto inicial da irradiação do anraial. O início da construção do prédio que sediou o “Hotel Central” ocorreu na década de 1920 na época do padre Mário da Silveira e somente foi concluída, após muitos esforços, pelo padre português Bernardo Fernandes Nogueira. Sua imponente inauguração como Casa Paroquial ocorreu no dia 25 de setembro de 1932. Parece nos que Padre Bernardo separou parte do prédio para morar e alugou o restante para o funcionamento do “Hotel Central” já em 1933. Em publicação do Alto São Francisco de agosto de 1933 há propaganda do Ginásio de Piumhi instalado no “Hotel Central”, tendo como professor Nadir de Moura sob direção do padre Bernardo Fernandes Nogueira, Nadir Nogueira e Alonso M. dos Santos. Nesse sentido, já em 1933 o “Hotel Central” funcionava no prédio da Casa Paroquial. Em outra publicação do periódico do mesmo ano noticiava a chegada dos missionários redentoristas lemos que os padres chegaram “à frente da Casa Paroquial, onde está instalado o Hotel Central”. No livro “O Bispado do Aterrado”, o primeiro Bispo da Diocese de Luz descreve a Casa Paroquial de Piumhi como: “A Paróquia possui a melhor casa paroquial de todo o Bispado, com dois andares e uma infinidade de cômodos, mais própria para um colégio, no valor de uns 30.000\$000”.

Após a morte de padre Bernardo, a paróquia de Piumhi foi entregue aos padres Cordimarianos (Clarentianos) que promoviam uma alta rotatividade de padres, preferindo que os mesmos se fizessem hóspedes do “Hotel Central”. Não conseguimos apurar os nomes dos primeiros proprietários do hotel, mas sabemos que depois de algum tempo assumiu a sua direção Zoroastro da Costa Lima (Zolô), conservando o mesmo nome de “Hotel Central”. Terminada a experiência dos padres marianos na Paróquia assumiu-a o também português padre Abel de Abreu Vouguinha, que querendo espaço preferiu adquirir um sítio nas imediações da Matriz para que pudesse cultivar uma grande horta e sua parreira.

Anos mais tarde, Zolô vendeu o “Hotel Central” a José Bruno de Lima e Marieta Mourão de Lima os quais tocaram o empreendimento até seu fechamento nos anos 50. Após isso, o prédio funcionou como sede do Colégio Técnico e Comercial “Professor João Machado”. Com o fechamento do Colégio, no início da década 1980, o prédio passou alguns anos em ruínas. Foi reformado sendo alteradas algumas características originais da construção, voltando à sua vocação original: Casa Paroquial. Em 2000 com a construção da nova Casa Paroquial, o prédio foi dividido em 4 apartamentos os quais são alugados até a presente data.

Ademir Cunha cria três personagens que moravam no “Hotel Central”: Liá (estudante da Escola Normal Dr. Francisco Campos e

SICOOB CREDIALTO/DANIEL

depois professora), Luiza e Targino (estudante de Contabilidade, guarda-livros e contador). Fatos pittorescos que povoam o imaginário da cidade que foram contados ao autor por seu avô paterno, Crispim Elias da Cunha, por seus tios, bem como de seus pais Juarez Cunha e Geraldina Batista da Cunha. Esses personagens imaginários tomaram parte de acontecimentos verdadeiros da Piumhi das décadas 1930, 1940 e 1950, principalmente nas rixas políticas entre PSD e UDN que polarizaram a cidade em boa parte desse período. O autor cita muito um personagem chamado Aristides da “Mata de Pains”, destacando que a predileção do autor pela Mata de Pains, certamente se deve por ser esse o reduto de origem de seus avós maternos Joaquim Batista Costa Xavier e dona Maria Alcântara de Oliveira.

O livro “Hotel Central – Crônicas do Fim do Mundo” possui 188 páginas, foi publicado pela Editora “Novos Ases da Literatura” do Rio de Janeiro com preparo dos originais por Gabriella Antunes, revisão de Leandro Lacerda, diagramação de Cintia Rodrigues e capa de Ygor Moretti, “inspirada no prédio onde funcionou originalmente o Hotel Central”. O livro foi dedicado à Geraldina Batista da Cunha, mãe do autor.

É um livro interessantíssimo que permite uma viagem ao passado da Piumhi antiga caracterizada pelo silêncio e que “ao olhar o casario colonial distribuído homogeneamente pelas ruas e praças, ele não poderia imaginar a ebulição de sentimentos, lutas e disputas que se travavam pelos ares, eclodindo no Hotel Central”. O autor encerra o livro com o que se espera desde o início do livro um beijo do casal protagonista da narrativa e de onde emergem todas as histórias que compõe as crônicas da produção literária: Liá e Targino. O fim da obra inspira um ar de curiosidade e deixa uma ponta aberta para uma possível próxima narrativa, demonstrando o desfecho final do romance entre o casal.

O legado da obra para a história-cultura de Piumhi é narrativa de 23 crônicas de fatos reais ocorridos na cidade e narrados com personagens fictícios; a ideia de que Piumhi não era uma cidade plenamente sossegada como se diz por aí, pois evidente a sua ebulição de sentimentos e disputas que se acirravam ao longo dos anos; a constatação da importância do cinema na formação da personalidade da sociedade piumhiense; e por fim, mas não menos importante a ideia de que a história de Piumhi não se dissocia da história estadual, nacional e mundial.

Quem quiser adquirir o livro deve acessar o site da Amazon e pagará por ele o valor de R\$ 57,00 mais os custos da postagem. Vale a pena conhecer os mistérios que cercam “Hotel Central – Crônicas do Fim do Mundo” de nosso conterrâneo Ademir Cunha.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Livro de Ademir Cunha foi lançado no espaço Credialto: hotel central - crônicas do fim do mundo.

Alto S. Francisco. Piumhi, ano 103, 9 jun. 2024. Memória Piumhiense, p. 2.

Com a redemocratização em 1945 Casa está agora na 19ª legislatura

ALTO ARQUIVO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A Câmara Municipal Piumhi foi criada pela lei provincial nº 202 de 1º de abril de 1841. Sob a liderança do Vigário José Severino Ribeiro foi organizada uma campanha destinada a angariar recursos financeiros junto aos munícipes para promover o necessário para a instalação da Vila. A emancipação política e administrativa de Piumhi, ocorreu em 7 de abril de 1842, com a instalação da Vila e posse dos sete vereadores e Juizes de Paz, conferida pelo Presidente da Câmara de Vila Nova de Formiga Francisco Machado da Costa. Nesses mais de 150 anos de existência, sua longa trajetória histórica deve ser dividida em alguns períodos: Câmara nos tempos do Império (1842 – 1889); Câmara Republicana Velha (1889 – 1930), Câmara da Era Vargas (1936-1937) e Câmara Contemporânea (1847 até os dias atuais). Ao início de cada fase reinicia a contagem de legislatura. Os períodos de 1930 a 1936 e de 1937 a 1947 não existiu Câmara Municipal, pois nosso país estava sob égide da ditadura de Vargas.

O primeiro presidente da Câmara Municipal de Piumhi foi o próprio Vigário José Severino Ribeiro que exercia também o poder de chefe do Executivo. Coube a ele e seus companheiros a construção de importantes símbolos da municipalidade: cadeia, forca, chafarizes e pelourinho.

Instalada a Câmara da Vila de Piumhi, iniciou-se a arte vereança, passando pela presidência da Casa inúmeros personagens que deixaram suas marcas na história de nosso município. Até 1889 nossa Câmara seguiu as regras estabelecidas pelo Império.

Com o advento da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, surgiram algumas mudanças. A Câmara Municipal na Primeira República ou República Velha funcionou até 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder federal por força da Revolução de 1930. O novo



À direita, a primeira sede da municipalidade piumhiense o antigo casarão na praça Dr. Avelino de Queiroz demolido na década de 70

presidente desejando neutralizar a força política e eleitoral dos Coronéis dissolveu a Constituição de 1891 e extinguiu o poder Legislativo federal, estadual e municipal. Para governar os Estados foi criado o cargo de Interventor e para os municípios o de Prefeito que substituiriam os antigos Presidente de Estado e Intendentes (Presidente da Câmara) – a diferença é que os cargos anteriores eram eletivos e os novos nomeados. Assim de 1930 até 1936 não houve Câmara Municipal e Piumhi ou em qualquer outro lugar do país. Assim, nessa época, Piumhi assistiu a destituição do Coronel Fidélis Teixeira de Vasconcelos de seu cargo de Presidente da Câmara e sua substituição pelo Prefeito João Alberto da Fonseca que governou através da emissão de decretos.

A Constituição de 1934 permitiu a reabertura das casas legislativas no Brasil e a Câmara Municipal de Piumhi foi solenemente reinstalada no dia solenemente no dia 27 de julho de 1936 sob a presidência de Manoel Hermeto Júnior. O primeiro ato da nova Câmara, ao que parece, foi eleger o novo prefeito de Piumhi através de eleição indireta recaindo a vitória sobre Álvaro Arantes que obteve seis votos enquanto João Leite Praça obteve 4 votos. A nova Câmara funcionou até 5 de outubro de 1937, visto que o golpe do Estado Novo impetrado por Getúlio Vargas extinguiu novamente as casas legislativas no

Brasil. Nossa cidade, novamente, passou a ser governada por decretos emitidos pelo Prefeito Manoel Hermeto Júnior e depois Rodolfo de Freitas Mourão.

A fase atual das Câmaras Municipais no Brasil surgiu após a redemocratização do país, isto é, a partir de 1945. Foram realizadas eleições diretas para prefeito e vereador em 23 de novembro de 1947. A nova Câmara de Piumhi foi solenemente instalada no dia 18 de dezembro de 1947 em sessão presidida pelo Juiz Eleitoral Dr. Alfredo Chaves Guimarães. A Câmara era composta de 11 vereadores e a presidência coube ao Dr. Jamil Caran. A Composição da primeira legislatura da fase contemporânea da Câmara Municipal de Piumhi era: Dr. Jamil Caram (Presidente), José César Augusto Maia (Vice-presidente), Joaquim Arantes (Secretário), Dr. Vitrasiano Leonel da Silva, Geraldo Gomes da Silva, João Menezes, Nelson Pereira de Barros, Higino Pinto Vidal e José da Mata Oliveira, Dr. Oscar Soares Machado e Antônio Rui Almada (assumiu no lugar de José Alves de Melo – impedido por ser cunhado de José da Mata Oliveira). Depois de 183 anos de criação e 182 anos de instalação, a Câmara Municipal de Piumhi está na sua 19ª legislatura, sendo presidida pelo vereador Wilde Wéllis de Oliveira.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

‘Um artista de Piumhi’

Músico talentoso e poeta de inspiração natural

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Ao longo dos anos que vivi tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas especiais, muitas das quais dedicaram sua vida em favor da arte. Um desses personagens foi o músico e poeta Mozart da Paixão. Nascido no pequeno e atrasado distrito de Perobas, hoje cidade de Doreópolis, em 22 de março de 1922. Seus pais eram José Francelino da Paixão (Juca Baía) e dona Isolina Alves Paixão. Ao ser levado à pia do batismo recebeu o nome de Mozart e, não havia nome melhor para colocar naquele menino que nasceu com vocação para a música, assim como seu famoso xará austríaco Wolfgang Amadeus Mozart, que viveu entre 1756 e 1791. Os dons natos do menino para a musicalidade foram incentivados por seu pai, motivo pelo qual enviou o menino com 12 anos para a cidade de Formiga para estudar música: começou tocando violão e depois passou para os instrumentos de palheta e de metal, elegendo a clarineta como a favorita.

Concluído os estudos, voltou para Perobas, onde passou a integrar a banda Nossa Senhora das Dores. Pouco depois compôs seus dois primeiros dobrados: “Vila de Perobas” e “Padre José Cirilo Pacheco”, as quais foram executadas inicialmente na Festa de São Sebastião com grande aprovação do público ouvinte. Seriam as duas primeiras de um gigantesco leque de composições musicais de Mozart Paixão. Além dos dobrados, compunha músicas populares, poemas e sonetos.

Mozart da Paixão casou-se com dona Maria das Vitórias Paixão e constituiu uma família com 5 filhos. Mozart conciliava as reponsabilidades de pai e mantenedor do lar com o trabalho e nas horas que se diziam vagas dedicava-se à música, ensaios, arranjos, composições e muito estudo. Ele era prova viva de que quem se dedica verdadeiramente à música nunca vai parar de estudar. Profissionalmente Mozart foi taxista.

Ainda novo passou a integrar a Lira São José, a convite do próprio Pedrinho Veloso, que viu nele as qualidades de excelente músico. Na Lira São José, Mozart teve a oportunidade de demonstrar suas habilidades para comunidade piumhiense. Mozart emprestou seu talento para a Lira não só como músico, mas como maestro e grande professor que conseguiu com seu carisma e dedicação atrair muitos jovens para a corporação. Quando, por motivos de doença, Pedro Veloso, teve que se retirar para Belo Horizonte, coube a Mozart a responsabilidade de reger a Lira.

Sobre o talento musical de Mozart da Paizão, o redator do jornal Alto S. Francisco de janeiro de 1946 não poupou elogios em artigo cujo título era Um artista de Piumhi: “(...). Outros, porém, alcançam graus de desenvolvimento bastante elevados, relativamente às possibilidades do meio. Isto, entretanto, só conseguem aqueles dotados de grande talento e que se entregam de corpo e alma à expansão do seu estro musical. Entre esses últimos se coloca

o jovem compositor piumhiense Mozart Paixão, que a cada dia que passa põe em maior evidência o seu admirável gênio artístico e extraordinária capacidade de criação de que é dotado. Suas composições, que atingem número apreciável, se caracterizam por uma harmoniosidade absoluta e subtilidade de frases melódicas que formam autênticos poemas musicais, que agradam mesmo aos menos susceptíveis aos encantos que nos proporciona a arte das melodias. Ainda domingo último tivemos a oportunidade de apreciar, na retreta dominical, com que a ‘Lira S. José’, brinda os ‘habitués’ do ‘footing’ do jardim municipal, uma belíssima valsa, dotada daquela leveza e sensualidade características das valsas vieneses, cuja autoria nós, que só não podemos ser considerados neófitos nos domínios musicais pelo simples motivo de sermos inteiramente leigos em suas teorias, institutivamente atribuímos a um dos geniais mestres Vieneses. Era, entretanto, um artigo genuinamente piumhiense, gerado pelo talento indiscutível do jovem Mozart Paixão, numa animadora demonstração do progresso que se verifica em nossos meios artísticos. ‘No Jardim de Piumhi’ é o nome da valsa, que nos possibilita uma perfeita avaliação da plenitude da arte do distinto moço piumhiense. Nossa reportagem, desejosa de transmitir aos nossos prezados leitores algo sobre a obra de Mozart Paixão, manteve com o jovem musicista, a ligeira entrevista, que abaixo reproduzimos: Mozart se encontrava no ‘jardim de Piumhi’ e imediatamente se prontificou responder as suas perguntas. Qual é o número de composições realizadas por você até o momento? – quis saber inicialmente. Cerca de cinquenta e oito, entre sinfonias, intermezzos, ouvertures, estudos, fantasias etc, sem contar as músicas populares! Respondeu-nos prontamente. Qual é o gênero musical que prefere? A música sinfônica. Estou dando os últimos retoques na instrumentação da minha sinfonia ‘Castelo das Esmeraldas’. Em breve serão iniciados os ensaios para o seu pronto lançamento. E que nos pode dizer sobre a sua sinfonia? Quase nada, no momento. Quero que primeiro que você a ouça para depois fazer uma crítica imparcial a respeito. É uma sinfonia descritiva, dividida em três tempos, sendo que para execução de cada um deles será exigida toda a duração normal das retretas habituais. Quando espera que possa ser apresentada em primeira audição pública? Tudo depende do andamento dos ensaios. Pense porém, que dentro de poucos dias os rapazes da ‘Lira S. José’ estarão perfeitamente aptos para executar a peça, com a segurança costumeira. E assim, vendo satisfeita a sua curiosidade, o nosso repórter encerrou a sua entrevista com Mozart Paixão, certo do fu-



Mozart da Paixão; ‘admirável gênio artístico’

turo brilhante que aguarda o jovem artista piumhiense” ALTO S. FRANCISCO: Edição nº 904 de 20/01/1946.

Após a mudança do maestro Pedro de Alcântara Veloso para Belo Horizonte, Mozart assumiu interinamente a regência da Lira São José. Interinamente porque os membros da corporação esperavam o retorno do velho maestro, o que infelizmente não aconteceu em razão de seu precoce falecimento. Como maestro, Mozart não foi bem compreendido.

Mozart queria seguir o estilo de Pedrinho Veloso em manter uma harmonia perfeita. Geraldo Luciano de Melo (Geraldinho Seleiro) afirmou que “o Mozart era um músico excelente, mas não tinha muito compromisso, o que levou a desentendimentos com alguns membros da corporação”. A desagradável situação fez Mozart abandonar a Lira São José. Posteriormente retornou à instituição e novamente se afastou dela em razão das antigas desavenças que ainda permaneciam.

Mais tarde ele fundou a “Filarmônica de Piumhi”, mas a instituição teve curta duração. Ao longo de sua vida Mozart compôs inúmeras músicas, poetou inúmeros sonetos e demonstrou ser grande artista musical. Sua formação musical exigia poemas que tivessem rima, métrica e cadência, motivo pelo qual era crítico aberto da poesia moderna que dispensa esses requisitos. O hino de sua composição ficou em terceiro lugar no “1º Festival Musical de Piumhi” realizado como parte das comemorações do centenário de Piumhi. Terminou seus dias trabalhando como taxista em Piumhi e faleceu nesta mesma cidade em 1º de março de 2002. Foi sepultado no Cemitério da Saudade, deixando uma lacuna imensa no coração dos familiares e amigos e uma perda imensurável na cultura e arte de nossa cidade.

Mozart foi um grande artista que merece nosso carinho e reconhecimento por sua valiosa contribuição em favor da cultura piumhiense. Merecia muito ser homenageado cedendo seu artístico nome a uma das ruas da cidade que muito amou: Piumhi.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

O amor de um casal de escravos na Piumhi de meados do século XIX

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALTO ARQUIVO

A Piumhi do século XIX era repleta de escravocratas que exploravam a mão de obra cativa tornando seus imensos latifúndios em propriedades produtivas. João André Antonil, um dos maiores historiadores dos tempos coloniais do Brasil resumiu a necessidade dos escravos para seus senhores *‘Os escravos são os pés e as mãos do senhor’*.

Dentre esses escravocratas destaca-se a figura de Francisco Machado de Mello. Homem, cuja história é enigmática, sombreada dedúvidas e incertezas. Pouco se pôde construir acerca desse personagem. Desconhece sua naturalidade e quando nasceu. Sabe-se que casou com Maria Joanna de Jesus e local incerto visto não ter localizado seu casamento nos anais da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi. Apurou-se também que o casal teve pelo menos duas filhas: Mariana e Antônia. Como a educação de filhos naquela época obedecia a regra do sistema patriarcal: era rude, ignorante e exigia que todas as decisões passassem por seu aval. Necessário foi dedicar essas linhas a esse cidadão, vez que ele foi o elemento causador da história que hoje se narra.

Dentre os escravos de Machado de Mello estava uma mulatinha de nome Theodora, nascida na fazenda de seu senhor. Certamente os encantos juvenis de mocinha atraia os olhares e desejos de seu amo. Mas ela havia se apaixonado do por outro: um escravo quinze anos mais velho que ela de nome Emilianno que também servia ao senhor da moça. A paixão entre o casal foi tão avassaladora que eles se deram em casamento na Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi, no dia 28 de abril de 1851, através das bênçãos dos Vigário José Florêncio Rodrigues. Foram testemunhas: Antônio de Barros Silva e João Antônio de Mello -- certamente estava na Igreja rezando, pois que casamento de escravos não tinha pompa e nem luxo, era meio protocolar para não perder as almas no inferno do pecado. Na ocasião do casamento Theodora tinha 25 anos e Emilianno 40 anos.

Não se pode dizer de forma alguma que o casal viveu feliz, pois a escravidão tinha um gosto amargo. Os castigos físicos ajudam na resignação da sujeição. Todavia não se pode generalizar dizendo que não colheram as flores da felicidade. E nesse emaranhado de situações e sentimentos o senhor dos escravos decidiu por maldade dar um basta na convivência do casal: vendeu Emilianno a outro escravocrata. Em virtude de não ter sido localizada a escritura de compra e venda não se sabe a data da transação e se o comprador residia em Piumhi ou não, mas o fato é que o mal estava feito: o casal estava de fato separado. Não é preciso fazer grande esforço para imaginar o quanto sofreram no dia da separação. Por outro lado, Machado de Mello nem se importava pois era voz universal que escravos não tinham sentimentos -- é difícil compreender e aceitar isso com a experiência que temos hoje.

Depois de algum tempo Machado de Mello se tocou e percebeu a maldade que cometera e com receio da morte e ter contas



A antiga rua do Rosário na Piumhi do início do século passado

a acertar do outro lado: estava disposto a arrumar um meio para resolver o problema que havia criado. Procurou o Vigário José Florêncio Rodrigues e lhe explicou a situação. O padre enfático não titubeou e deve ter dito algo mais ou menos no sentido de: *‘passe a carta de alforria imediatamente para a negra Theodora a fim de remediar o mal espiritual que você cometeu’*. Como a voz de padre entendida como o eco da voz de Deus o homem com medo de imediato atendeu e nem dali saiu pediu ao mesmo padre que lhe escrevesse o documento por ele não saber ler e escrever.

O Vigário José Florêncio de imediato redigiu o documento no dia 2 de outubro de 1871. No documento se lê *‘Digo eu Francisco Machado de Mello, que entre os bens que possuo é uã escrava de nome Theodora crioula, de idade de quarenta e tantos anos, casada com Emeliano Criollo, à qual dou plena liberdade dóra em diante, podendo usar della, como lhe aprouver, desejando por este meio remediar o mal espiritual, que cometi separa-los pela venda que fiz do marido.*

Sirva portanto, este título, esta carta de liberdade, que espontaneamente lhe confiro, sem que meos herdeiros por pretexto algum possãodella haver indenização ou reconduzi-la ao cativeiro’ (sic). Assinaram o documento redigido pelo sacerdote como testemunhas Firmino Martins da Fonseca e Antônio Machado de Faria e Mello. O próprio Machado de Mello levou a carta de alforria, no dia 1º de novembro de 1871, no Cartório de Notas do Segundo Ofício de Notas de Piumhi, a qual foi registrada no livro nº 07, folhas 41V, conforme transcreveu o tabelião Joaquim Antônio Alves.

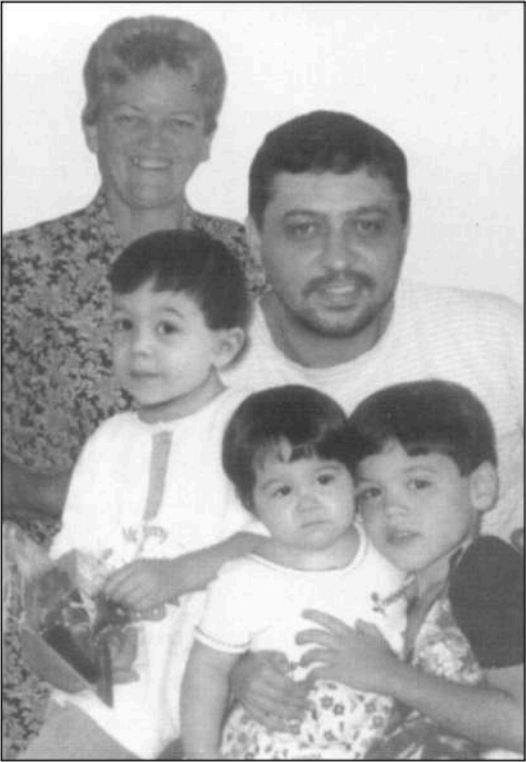
No documento se lê *“espontaneamente”*, palavra chave como requisito legal para validade desse tipo de documento. Mas o elemento causador da *vontade espontânea* nesse caso foi o peso da consciência, remorso e medo de ter contas a acertar na outra vida. Nesse caso, houve um recurso para remediar o mal espiritual, mas em muitos outros isso não foi possível.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

24 anos sem vocês...

DANIEL, THIAGO,
ÍCARO, ANNA GABRIELA
e FLAUSINA (Foló)

23/06/2000



O tempo leva a dor, a morte leva o corpo, mas nas nossas memórias permanece viva as saudades, lembranças que o tempo não pode apagar.

“Nossos entes queridos não morrem, apenas partem antes de nós.” (Daniel)

ETERNAS SAUDADES: DE SUA ESPOSA E MÃE ANA
IZABEL, FAMÍLIAS CARVALHO, COSTA E SILVEIRA.